



ISMAEL A. CHUVAS  
ENCADERNADOR  
C. DOS APOSTOLOS  
COIMBRA

8

118

2



8  
118  
2



Sala  
Gab.  
Est.  
Tab.  
N.º



# Anuário

da

## Universidade de Coimbra

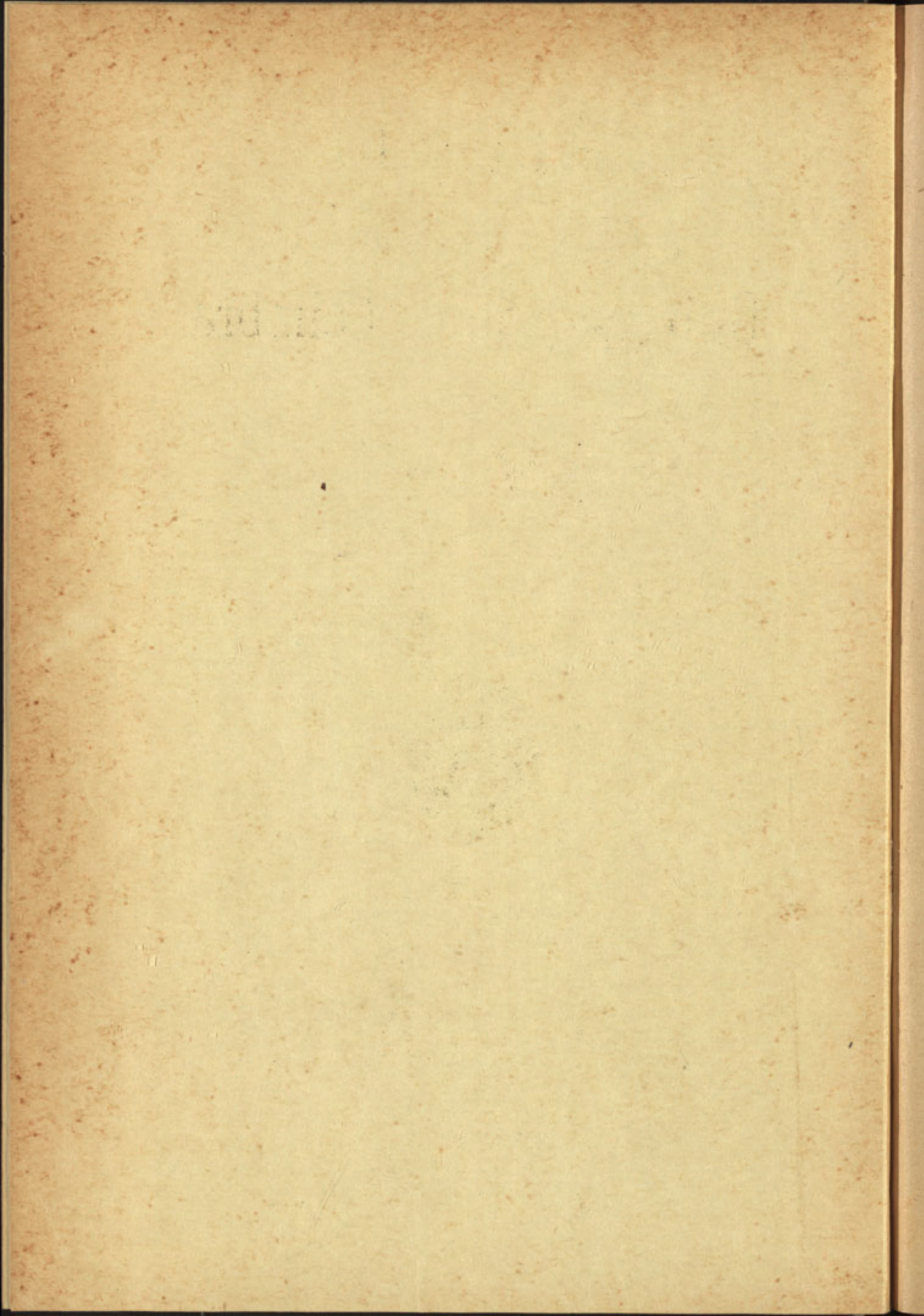
1948-1949



COIMBRA  
1 9 5 0

Sala  
Gab.  
Est.  
Tab.  
N.º







# Anuário

da

Universidade de Coimbra

---

1948-1949



ABRIL

1960

Universidade de Coimbra

1960



Anuário  
da  
Universidade de Coimbra

1948-1949



COIMBRA  
1 9 5 0



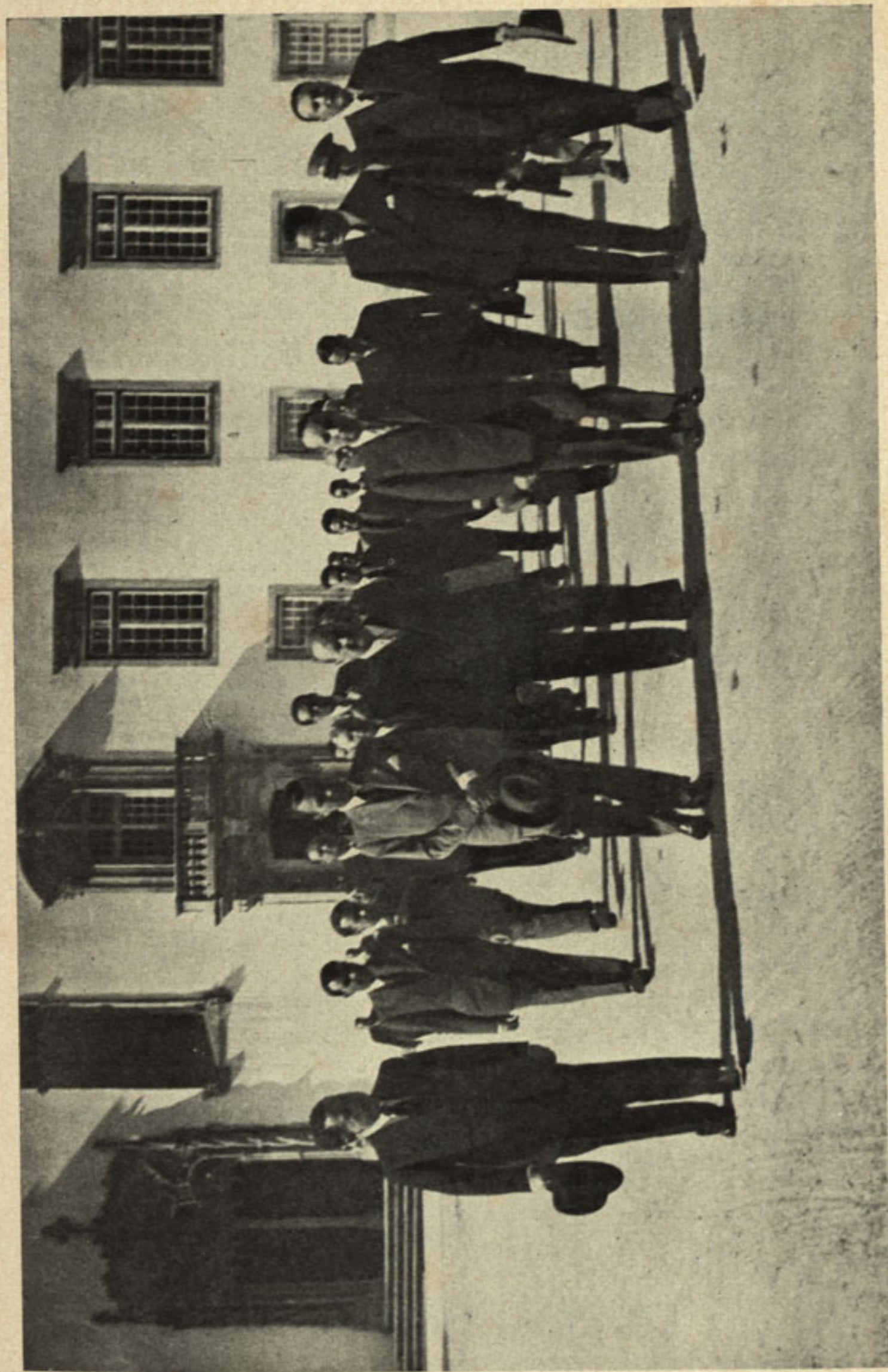
A. M. H.

Journal of the

1852

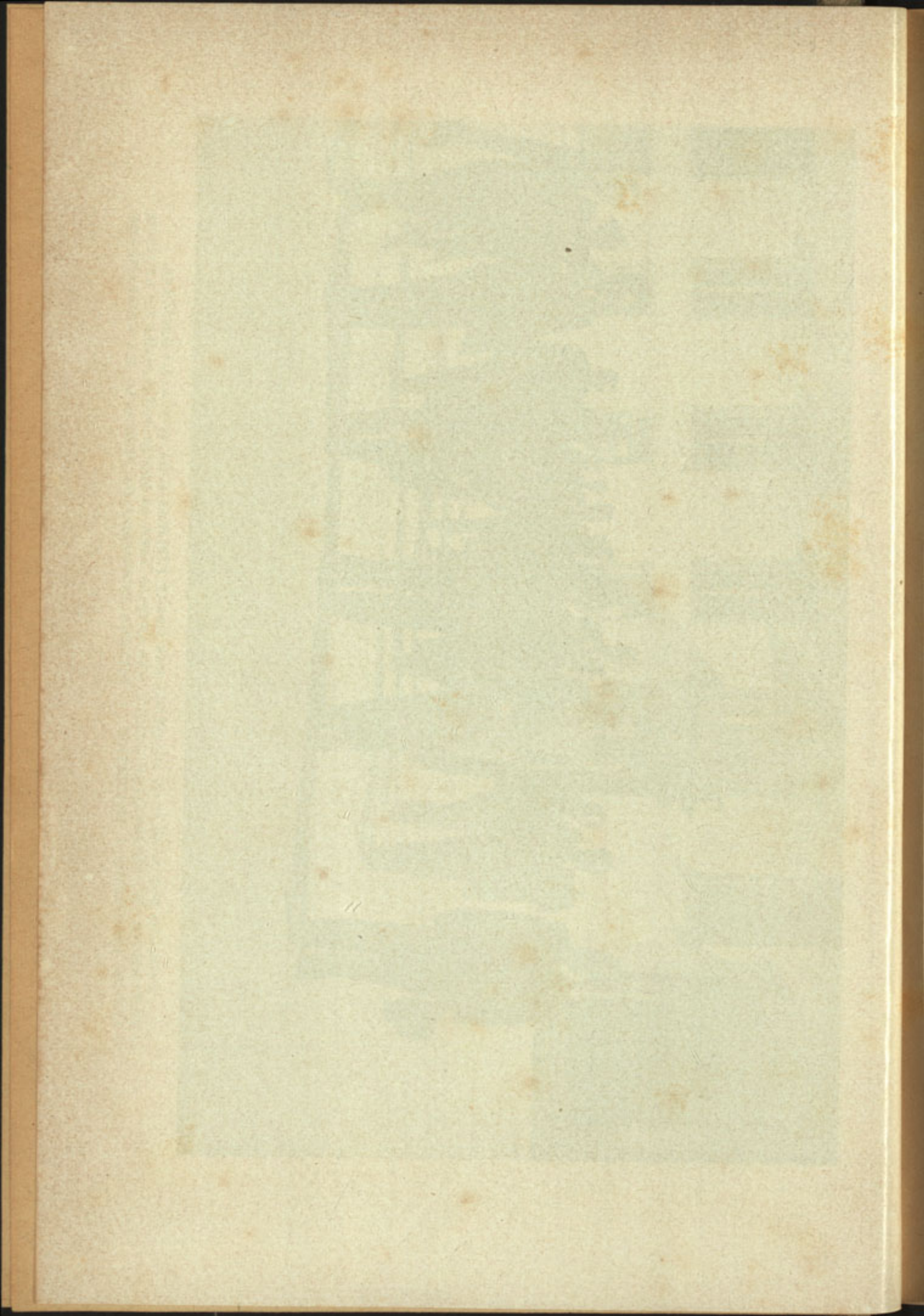






LADEADO POR S. EX.<sup>AS</sup> OS MINISTROS DAS OBRAS PÚBLICAS E DA EDUCAÇÃO NACIONAL,  
O EX.<sup>MO</sup> REITOR DA UNIVERSIDADE CONDUZ, DAS ANTIGAS PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES DO ARQUIVO,  
O ÚLTIMO DOCUMENTO A TRANSFERIR: O DIPLOMA DIONISIANO DA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE.







INAUGURAÇÃO DAS INSTALAÇÕES  
DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE  
NO NOVO EDIFÍCIO CONSTRUÍDO  
PELA COMISSÃO DE OBRAS  
DA CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DE COIMBRA

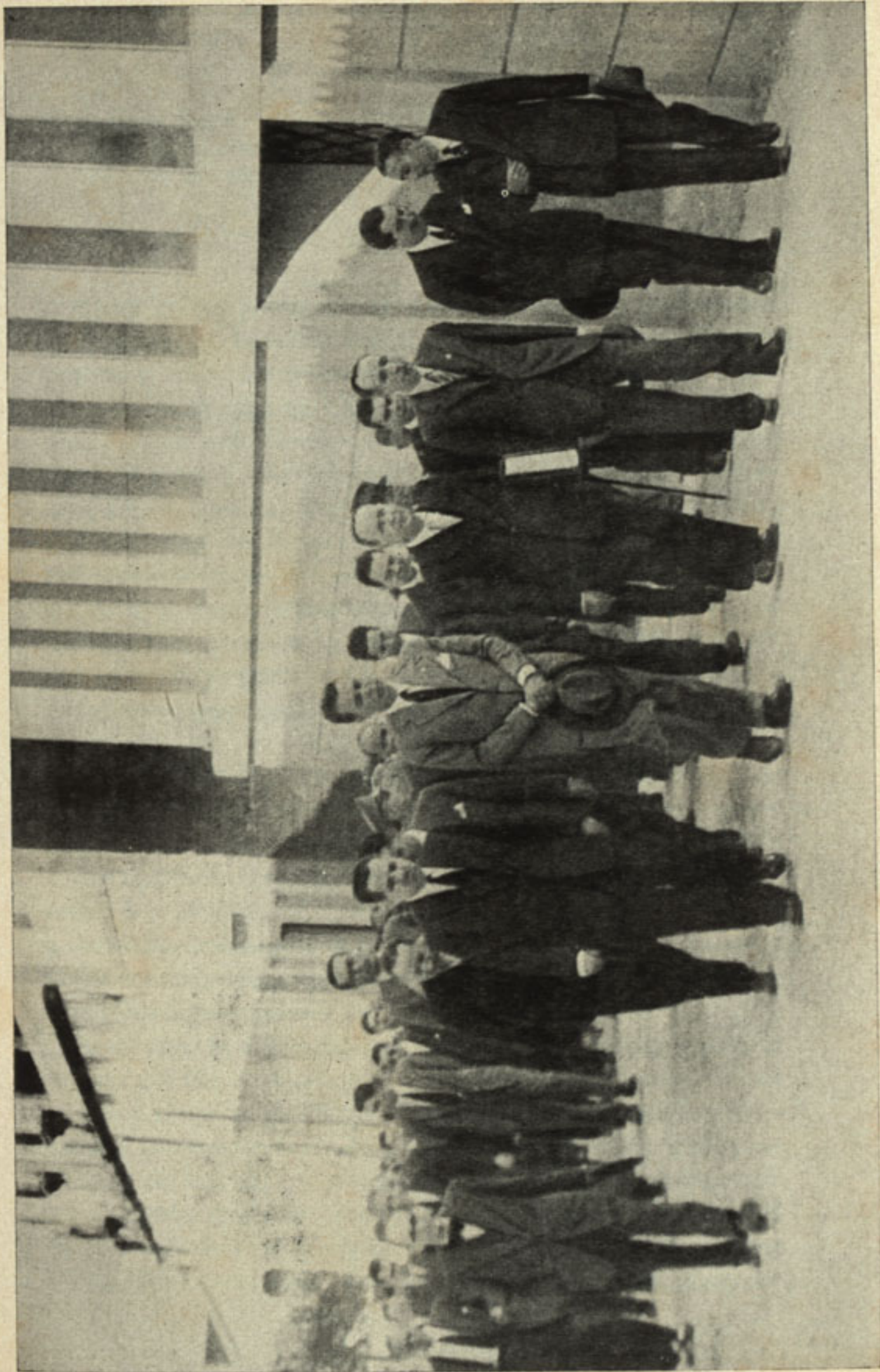
DISCURSOS

16 DE OUTUBRO DE 1948



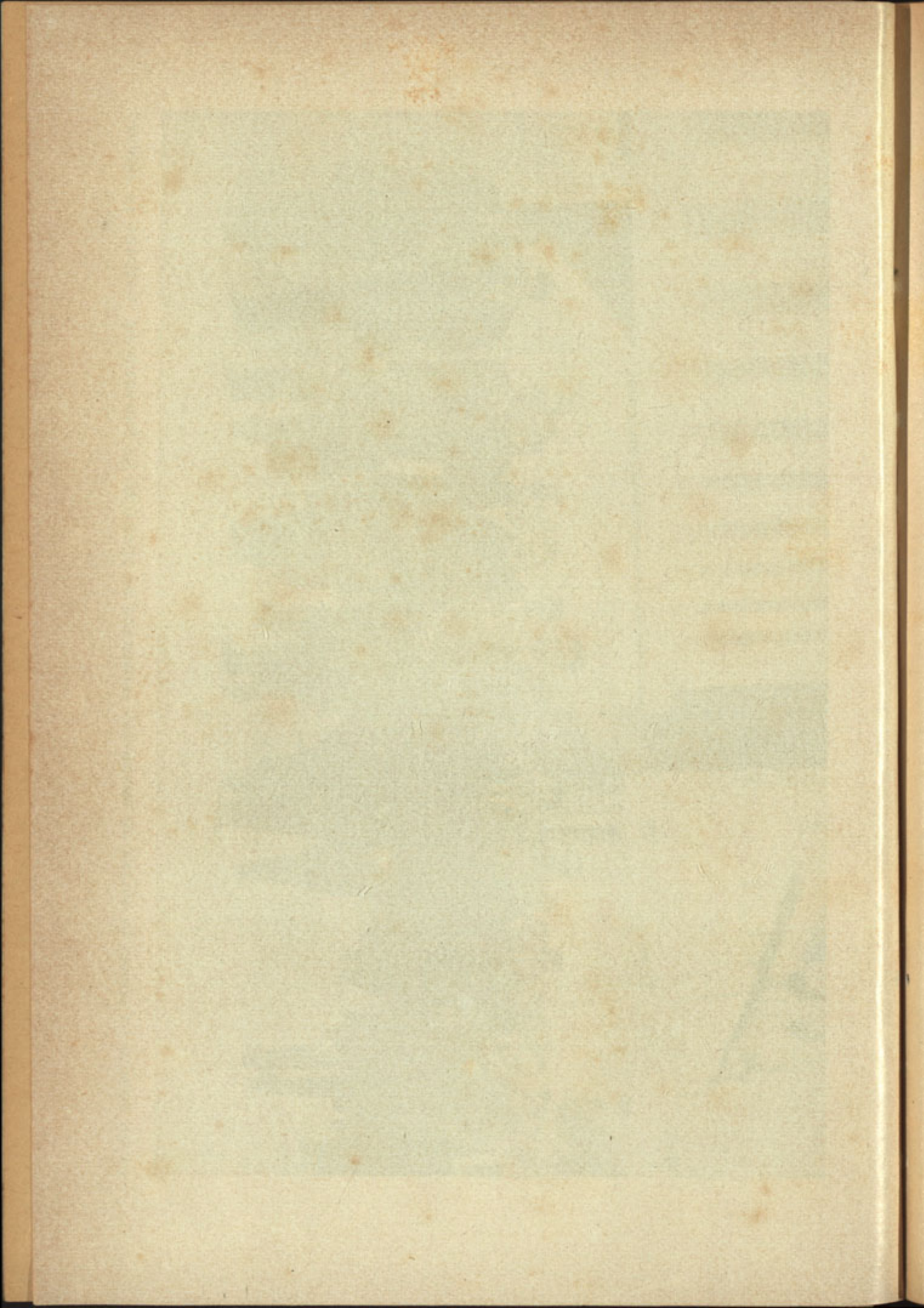
THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY  
540 EAST 57TH STREET  
CHICAGO, ILL. 60637





OUTRO ASPECTO DA CONDUÇÃO SOLENE DO DOCUMENTO DIONISIANO DA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE. CHEGADA AO ARQUIVO.







*Discurso de Sua Excelência o Ministro  
das Obras Públicas, Engenheiro José  
Frederico do Casal Ribeiro Ulrich*

É com íntimo prazer que me encontro hoje aqui para assistir à inauguração simbólica de algumas importantes realizações levadas a efeito e concluídas dentro do plano de remodelação total das instalações da Cidade Universitária de Coimbra, definido há anos pelo Governo. E se tal prazer resulta em grande parte da natural satisfação que me provoca sempre a conclusão de qualquer obra importante executada pelo sector que me está confiado, digo em abono da verdade que no caso presente este sentimento ultrapassa o que tenho sentido na sucessão quase ininterrupta de inaugurações que o País vem presenciando nos últimos anos, porque a cerimónia que nos reúne traduz, na realidade, o arrancar de um ponto que parecia morto dadas as imensas dificuldades que envolvem a execução do plano a que acabo de me referir.

Não vão V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> perder muito tempo ouvindo o enunciado de tais dificuldades, tão claras e visíveis elas se apresentam que dispensam qualquer recapitulação. Direi no entanto que todas foram oportuna e cuidadosamente examinadas, e que desse estudo resultou a adopção de medidas especiais destinadas a permitir a definição de um programa viável de trabalho que se encontra pormenorizadamente organizado e que espero possa ser cumprido com relativa pontualidade.

Assim, criada a possibilidade de alojamento condigno para as pessoas que têm de desocupar as casas que se torna mister demolir — com o concurso da Câmara Municipal, que para tanto proporcionará 200 residências, e do Estado através da cedência de umas dezenas de moradias económicas do novo bairro em construção no Calhabé — pudemos iniciar e desenvolver em larga escala aqueles trabalhos de demolição, abrindo clareiras para as novas edificações a construir. Por outro lado, um estudo atento do



problema e a transferência, há dias verificada, do liceu feminino desta Cidade para o novo edifício de que hoje dispõe, permitiu-nos organizar um programa de sucessivas instalações provisórias — designadamente do Instituto de Antropologia, do Hospital do Castelo e da Associação Académica — que muito contribuirão também para libertar espaços que são vitais para o prosseguimento das obras.

Estas, é certo, limitam-se de momento aos trabalhos finais da Faculdade de Letras, à activa construção do Observatório Astronómico e à conclusão das instalações definitivas do Instituto de Botânica — para não falar noutras de menor vulto — mas temos as coisas preparadas para começarmos dentro em breve a construção do edifício destinado à Faculdade de Medicina, cujo projecto, totalmente concluído, está agora só dependente da revisão final que se impõe dadas as suas grandes proporções.

Em visita realizada ao estrangeiro por uma missão de Mestres da Universidade foram colhidos elementos para definição do programa da nova Faculdade de Ciências; e o ilustre professor de Antropologia também se ausentou do País para estudo do problema da transferência das suas actuais instalações. O edifício para a Faculdade de Ciências encontra-se em projecto e contamos poder iniciar a sua construção em 1949. Quanto ao Hospital Universitário, estamos um pouco mais adiantados — pois dispomos já de um ante-projecto aprovado — e, se não surgir qualquer contratempo grave, poderemos lançar os seus alicerces também no próximo ano. Simultaneamente com o princípio destas duas importantes realizações, contamos dar por concluídos o novo Observatório e a nova Faculdade de Letras, o que permitirá manter um certo equilíbrio, tanto no volume das obras em marcha, como também nas preocupações que o plano geral nos traz.

Eu gostaria de poder anunciar a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> com suficiente rigor as datas previstas para a conclusão de todos os trabalhos, mas não o desejo fazer por me faltarem ainda alguns elementos sem os quais me é impossível formar juízo seguro do problema. Direi apenas que, dentro do programa atrás referido, e contando com o não agravamento das actuais condições de trabalho, é de



admitir que a Faculdade de Medicina e o seu Hospital Escolar fiquem concluídos em 1953, e que em 1954 ou 1955 possam estar terminadas as restantes obras, englobando as de transformação do actual Museu de História Natural e de alojamento definitivo da Associação Académica.

Poderá parecer exagerada esta previsão — exagerada por pecar por excesso — mas é preciso ter presente que as obras a realizar ou implicam prévias demolições nos locais da respectiva implantação, ou consistem na remodelação profunda de edificações existentes, e terão portanto de ser levadas a cabo cuidadosamente, por forma a causar o mínimo prejuízo possível ao funcionamento dos serviços naquelas alojados. Tudo isto cria um sem número de embaraços e dificuldades — a que atrás fiz ligeira referência — e justifica a cautela que se impõe no enunciado dos prazos necessários para a realização do plano.

Sucede ainda que a Comissão técnica das Obras acaba de sofrer um duríssimo golpe com a perda de Cotinelli Telmo, a quem estava confiada a orientação superior do problema da nova Cidade Universitária na parte que competia à sua especialidade. Arquitecto distintíssimo e de uma exemplar dedicação, a sua falta faz-se sentir em vários sectores do meu Ministério, que há muitos anos vinha servindo. Mas essa falta acentua-se sobremaneira no estudo dos novos edifícios desta Universidade e assim, ao profundo desgosto que sofremos com a sua perda — perda de um Amigo lealíssimo e de um colaborador excepcional — vem acrescer um novo obstáculo, que dela resulta, para o normal prosseguimento dos estudos e projectos que trazia entre mãos — e portanto mais um factor a ter em mente ao pensar no futuro andamento dos trabalhos.

A par do problema dos novos edifícios escolares, cuja posição acabo de apresentar em linhas gerais, um outro existe: o da instalação definitiva da Associação Académica, no que respeita tanto à sua sede, como às suas instalações desportivas.

Problema complexo e tanto mais difícil quanto é grande o desejo de o resolver pela melhor forma, encara já o Governo algumas hipóteses de solução, que não tornarei públicas unicamente por obediência ao princípio de nunca falar nos assuntos



antes de esgotado o seu estudo e de traçada em definitivo a rota a seguir. Mas desejaria que ficasse bem entendido que o caso merece a nossa mais carinhosa atenção e que acalentamos a esperança de o solucionar por uma forma que satisfaça cabalmente.

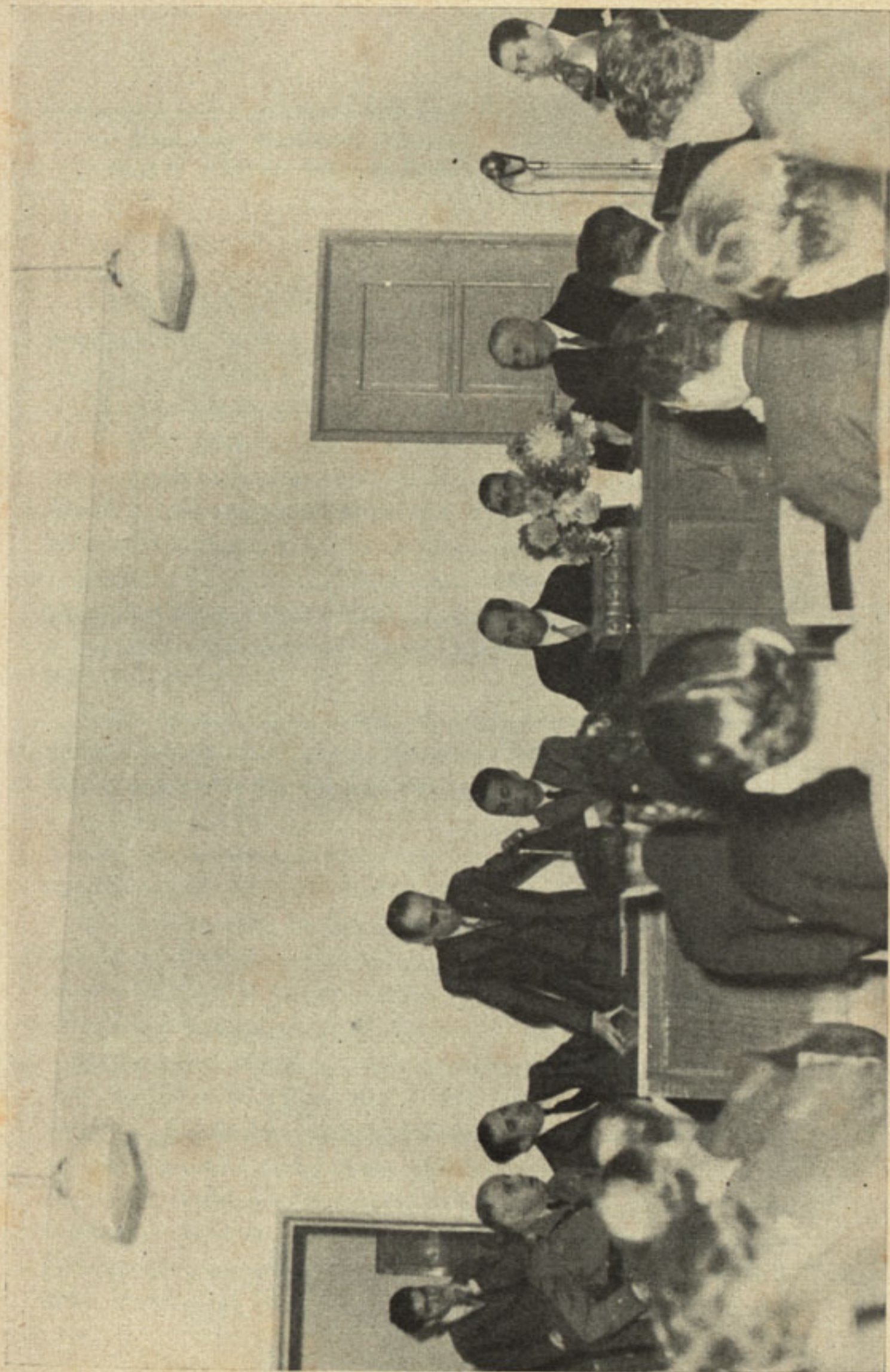
MEUS SENHORES!

Desde o dia em que fui chamado a colaborar na direcção dos problemas do sector das Obras Públicas, tenho dedicado a maior e mais devotada atenção ao caso da Cidade Universitária de Coimbra, e isto não só por impulso pessoal como também por saber que ele se situa entre as principais preocupações do Senhor Presidente do Conselho, a quem, estou disso certo, nada maior prazer poderá dar do que a conclusão dessa lindíssima Obra, que concebeu e lançou, destinada a valorizar a Universidade a que o ligam sempre os fortes laços da saudade dos tempos que por cá passou.

E posso afirmar a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> que tudo temos procurado fazer para que o grande plano se realize com a maior perfeição possível, tendo sempre bem presentes os naturais anseios da pleiade illustre dos Professores que continuam firmemente empenhados em manter bem alto as altíssimas tradições desta nobre Escola portuguesa. Sendo assim, não se justificam quaisquer dúvidas ou receios, e por isso me permito pedir a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> que confiem no espírito que nos anima, de realizar bem — o melhor que soubermos e pudermos.

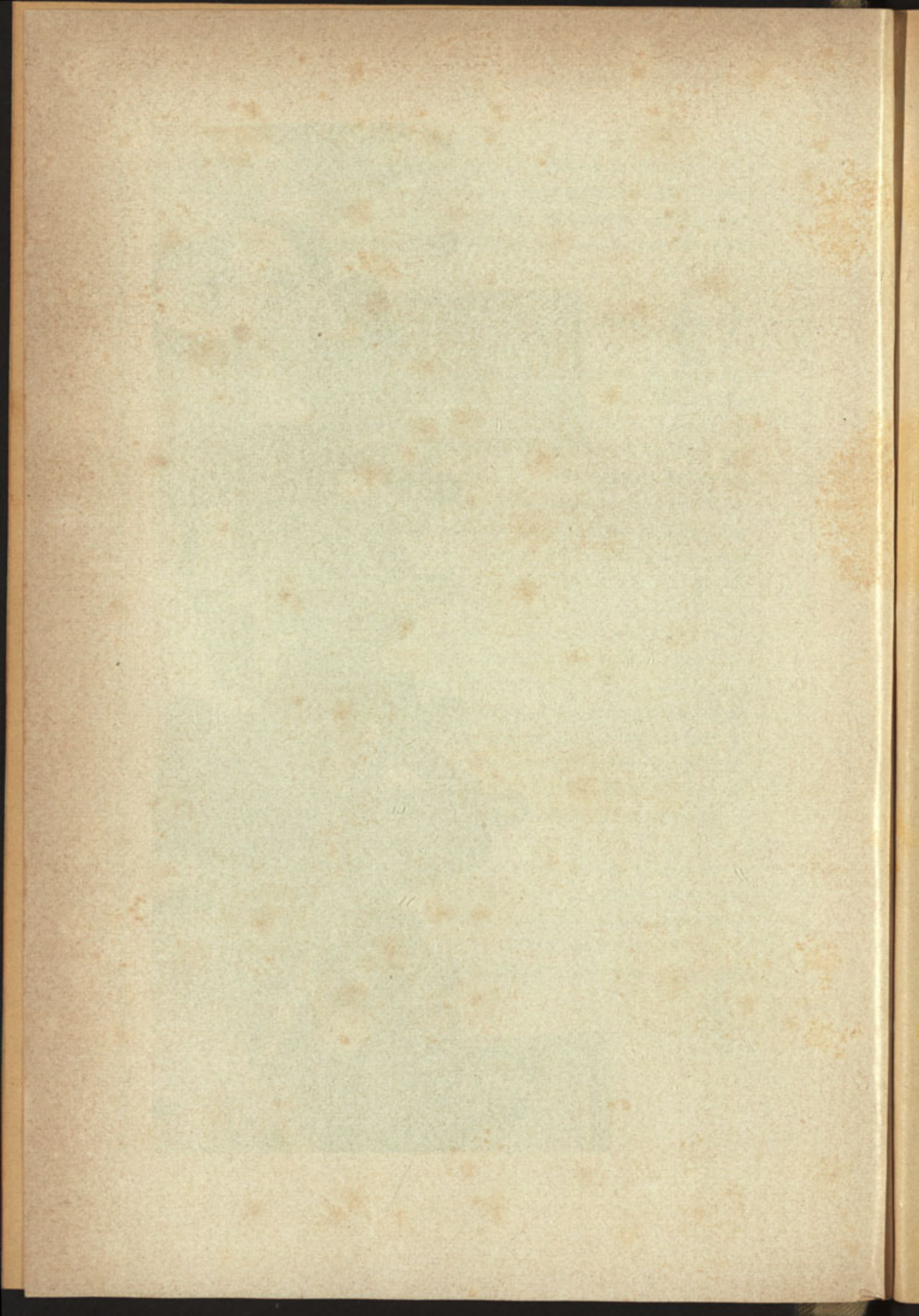
Para tanto, precisamos contudo da vossa franca e leal colaboração, pois só trabalhando todos unidos será possível levar até final a pesada tarefa que nos impusemos, e cuja conclusão fará certamente apagar no espírito de quantos nela trabalharam a recordação das amarguras e dificuldades sem conto que vão surgindo durante a sua realização.





NA SESSÃO INAUGURAL DAS INSTALAÇÕES DO ARQUIVO, S. EX.ª O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL PROFERE O SEU DISCURSO.







*Discurso de Sua Excelência o Ministro  
da Educação Nacional, Doutor  
Fernando Andrade Pires de Lima*

Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Reitor, a atenção e interesse com que tenho acompanhado tudo o que diz respeito à construção da nova Cidade Universitária.

Não estranhará, por isso, que eu afirme que recebi o convite de V. Ex.<sup>a</sup> para assistir à inauguração deste primeiro edifício com a maior satisfação, embora não me sinta, de qualquer modo, ligado a este empreendimento que, durante séculos, há-de assinalar a importância histórica do momento actual.

Quando, há perto de dois anos, entrei para o Governo, o plano da Cidade Universitária, graças em grande parte a V. Ex.<sup>a</sup> e aos seus colaboradores, estava traçado e aprovado nas suas linhas gerais.

Havia apenas, como ainda há, que esclarecer alguns pormenores e estudar a arrumação de um ou outro serviço que as condições acanhadas do terreno não permitiram solucionar pronta e satisfatoriamente.

Mas, se não posso orgulhar-me de ter contribuído, como pode orgulhar-se V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Reitor, para esta obra, o acaso proporciona-me a honra de receber hoje das mãos de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Obras Públicas e de entregar a V. Ex.<sup>a</sup> o primeiro edifício novo — edifício de tais proporções que, só por si, assinala a grandiosidade de tudo o que se vai fazer.

A essa honra, reconheço, sem esforço, que deveria corresponder com um discurso. Mas não o vou fazer. Apenas direi duas palavras. É que não sei bem que fenómeno é este que se passa em mim quando entro nesta cidade de Coimbra. Ao ver as paredes da velha Universidade, ao sentir, no convívio dos meus colegas, o ambiente de mais de 20 anos de vida passada sem preocupações que não fossem as do estudo e as do ensino, e dedicada somente ao trabalho que reconforta e não cansa, não sei



por que estranha força sinto afastar-se de mim a pessoa do Ministro para só sentir a do Professor.

E eu, que talvez devesse falar hoje como membro do Governo, só encontro em mim o funcionário da Universidade que vê assegurada a manutenção do seu prestígio secular. Tenho pois que dizer apenas duas palavras como Professor, mas como professor que é testemunha, na sua posição de Ministro, de muitos factos que têm acompanhado o levantar desta cidade universitária. Serão, como tal, sòmente palavras de reconhecimento a duas pessoas a quem a nossa Universidade deve a maior gratidão.

Quero, em primeiro lugar, referir-me ao Senhor Presidente do Conselho. Habitado a lidar com homens e instituições, conhecedor das virtudes e dos defeitos dos que servem a Nação e dos que apenas dizem servi-la, sabe o que vale este estabelecimento de ensino, o que ele representa na vida do País e o papel que sempre desempenhou nos momentos grandiosos ou nos momentos críticos da nossa História, modelando inteligências, formando caracteres, assistindo a calamidades públicas, armando braços para a defesa da Nacionalidade.

Ao animar, a todo o momento, os que têm sobre si o encargo de continuação das obras da Cidade Universitária, o Sr. Presidente do Conselho dá satisfação aos seus sentimentos pessoais e ao carinho pela escola que frequentou e onde professou, e, conscientemente, procura satisfazer um alto interesse nacional, consolidando em novos edifícios, em novos institutos e novos laboratórios, a obra instante de renovação intelectual do País.

Gratidão, pois, de todos nós, ao Sr. Presidente do Conselho.

A justiça obriga-me a citar em segundo lugar o nome do Sr. Ministro das Obras Públicas. O Eng. José Frederico Ulrich não se formou em Coimbra, não frequentou as aulas desta Universidade, nunca vestiu aqui capa e batina; e, no entanto, ao mostrar-me o seu interesse por Coimbra, o seu carinho pelas suas tradições académicas, a sua admiração por esta escola onde se formaram os seus maiores, quantas vezes me deu a impressão de que tem pena de não ter sido seu aluno...

Posso assegurar que outros difficilmente dariam melhor garantia de continuidade às obras da Cidade Universitária.



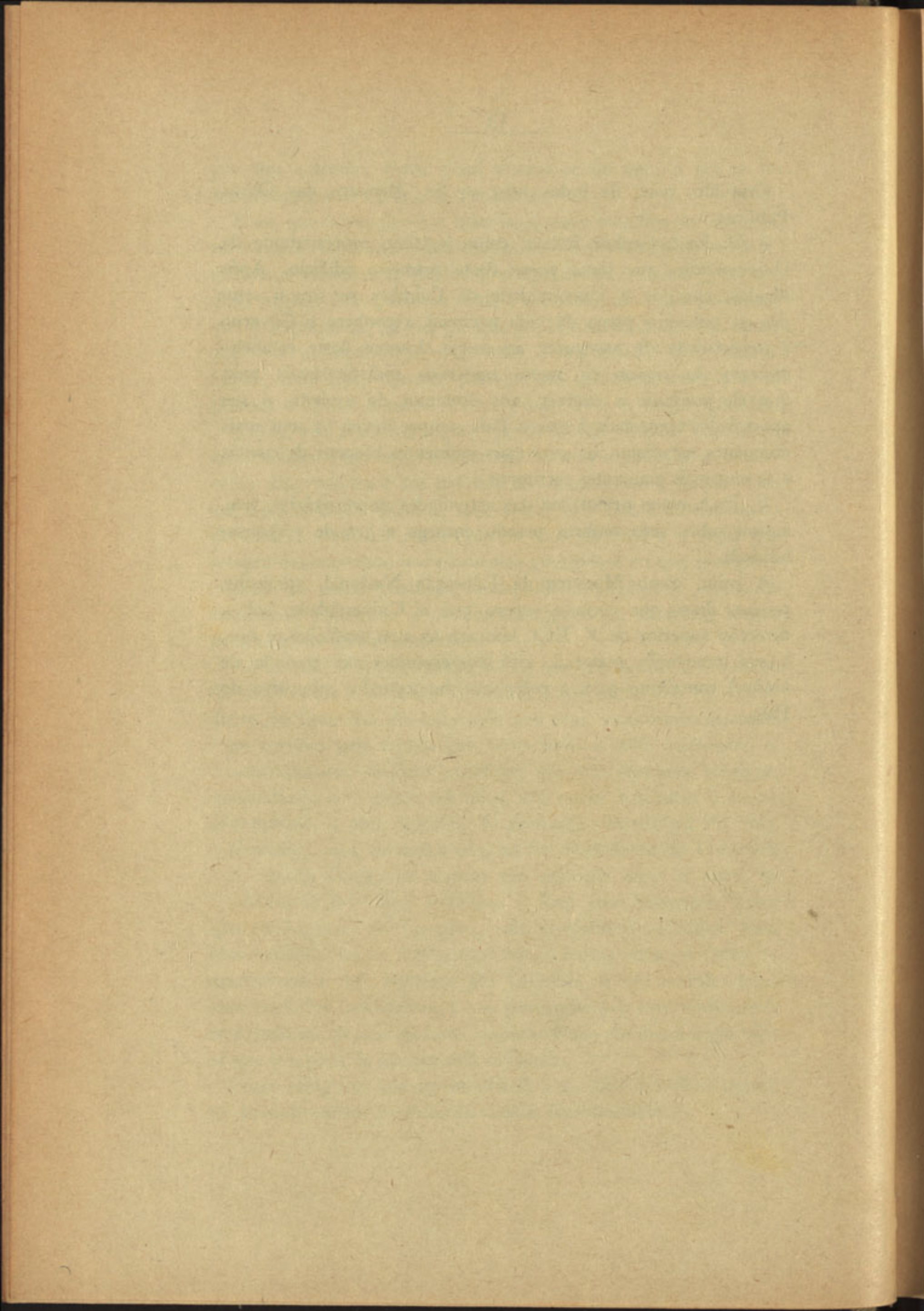
Gratidão, pois, de todos nós, ao Sr. Ministro das Obras Públicas.

É V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Reitor, como legítimo representante da Universidade, que toma posse deste primeiro edifício. Após séculos, em que a Universidade de Coimbra se situou sempre no primeiro plano da vida nacional, reconhece o Governo a necessidade de assegurar ao corpo docente deste estabelecimento de ensino os meios materiais indispensáveis para que ele continue a exercer, nos domínios do espírito, o seu apostolado, apostolado a que o País sempre deveu os seus mais eminentes estadistas, os seus mais eminentes homens de ciência e os seus mais eminentes escritores.

V. Ex.<sup>a</sup>, como orientador das actividades universitárias, tem, assim, sobre seus ombros pesado encargo e grande responsabilidade.

A mim, como Ministro da Educação Nacional, apraz-me, porém, dizer que creio e espero que a Universidade, sob a direcção superior de V. Ex.<sup>a</sup>, honrará as suas tradições, e que, à sua renovação material, virá corresponder um período de notável contributo para a renovação intelectual e educativa do País.







*Discurso do Ex.<sup>mo</sup> Reitor, Doutor  
Maximino José de Moraes Correia*

EX.<sup>mo</sup> SENHOR MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
EX.<sup>mo</sup> SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES!

Este dia é de júbilo para a Universidade de Coimbra e único na sua história, longa de mais de seis séculos.

Inaugura-se um edifício para um dos seus mais importantes serviços, acrescentando-a e beneficiando-a — aumentando-lhe por esta forma os meios de vida e de acção: esta a razão do júbilo.

Mas se reflectirmos na forma como tem vivido esta gloriosa Instituição, então notamos que alguma coisa de inédito se passa.

Desde os remotos tempos da fundação, sempre a Universidade viveu em acomodações, modestas primeiro, mas amplas depois de D. João III e engrandecidas com D. João V e o Marquês de Pombal.

Mas, se exceptuarmos os pequenos edifícios, Observatório, Laboratório Químico, a Biblioteca Geral, jóia única no seu género, expressamente construídos para a finalidade a que se destinavam, sempre essas acomodações, simples casas de habitação ou palácios reais, conventos ou colégios jesuíticos, foram adaptações mais ou menos felizes, mas sempre defeituosas.

Se percorrermos mentalmente os actuais edifícios universitários, desde o Paço das Escolas à Clínica Obstétrica, não encontramos um único que tivesse sido concebido e realizado, «ab imis fundamentis», para servir como acomodação escolar.

A própria Faculdade de Letras, de relativamente recente acabamento, foi construída sobre as fundações do que deveria ser o Teatro Académico e enfermou sempre desse vício original.

Hoje é diferente; a Universidade entra na posse de um edifício traçado e realizado nos moldes mais modernos, expressamente destinado a ser o Arquivo, com as qualidades, os requisitos,



o arranjo que lhe compete, e que fica sendo um dos melhores da Europa.

Poupo V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> à descrição das características de tal bloco, mas lembro que este é o primeiro e que outros se levantam e levantarão do solo, por forma a tornar a Universidade de Coimbra um aglomerado de construções à altura da sua alta finalidade.

\*  
\*   \*   \*

Neste momento, relembro com a maior saudade e veneração, o grande Ministro que foi Duarte Pacheco, «primum movens» de esta regeneração magnífica que constitui o ressurgimento material, base de todo o ressurgimento moral e intelectual da Nação, e lembro também dois universitários, prematuramente mortos, ambos no seu posto, que lutaram com o maior entusiasmo pelo grandioso empreendimento de que hoje vemos a primeira realização, Luís Carrisso e Morais Sarmento.

Recentemente, a morte arrebatou-nos traiçoeiramente o Arquitecto-Chefe, o companheiro querido, Cotinelli Telmo. Curvo-me com a maior saudade perante a sua memória.

O seu nome perdurará pelos séculos no genial traçado da Cidade Universitária de Coimbra.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES!

Honram-nos com a sua presença, nesta inauguração, Suas Excelências os Ministros das Obras Públicas e da Educação Nacional, a quem apresento, em nome da Universidade, as mais calorosas saudações e os mais rendidos agradecimentos pela deferência que representa para nós a anuência ao convite que lhes enderecei.

E posso afirmar a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> que se este acto não se efectuou há mais tempo, o que bem podia ter acontecido, uma vez que o Arquivo foi aberto ao público em 9 de Março passado, foi apenas porque o Senhor Ministro das Obras Públicas teve outras inau-



gurações a fazer de obras igualmente grandiosas e de interesse nacional.

E ainda agora ele se realiza na ausência do Senhor Director do Arquivo, o Doutor Mário Brandão, que me manifestou a maior mágoa pela sua forçada partida para Madrid, aliás em serviço da Universidade, para as comemorações do IV Centenário do Nascimento de Francisco Suarez.

Por ele estou encarregado de transmitir a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup>, Senhores Ministros, os seus respeitosos cumprimentos e agradecimentos pelos altos benefícios recebidos pelo serviço que dirige.

Não quero deixar de públicamente agradecer a honrosa deferência do Senhor Director do Arquivo, convidando o Reitor a terminar, pessoalmente, a mudança para as novas instalações, pelo transporte do mais importante documento que nele existe, o diploma Dionisiano da fundação da Universidade. Aqui o deposito com a emoção de quem toca uma sagrada relíquia.

SENHORES MINISTROS!

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES!

A Cidade Universitária de Coimbra vai ser uma grandiosa realidade que, por si só, nos elevará ainda mais no conceito do mundo civilizado.

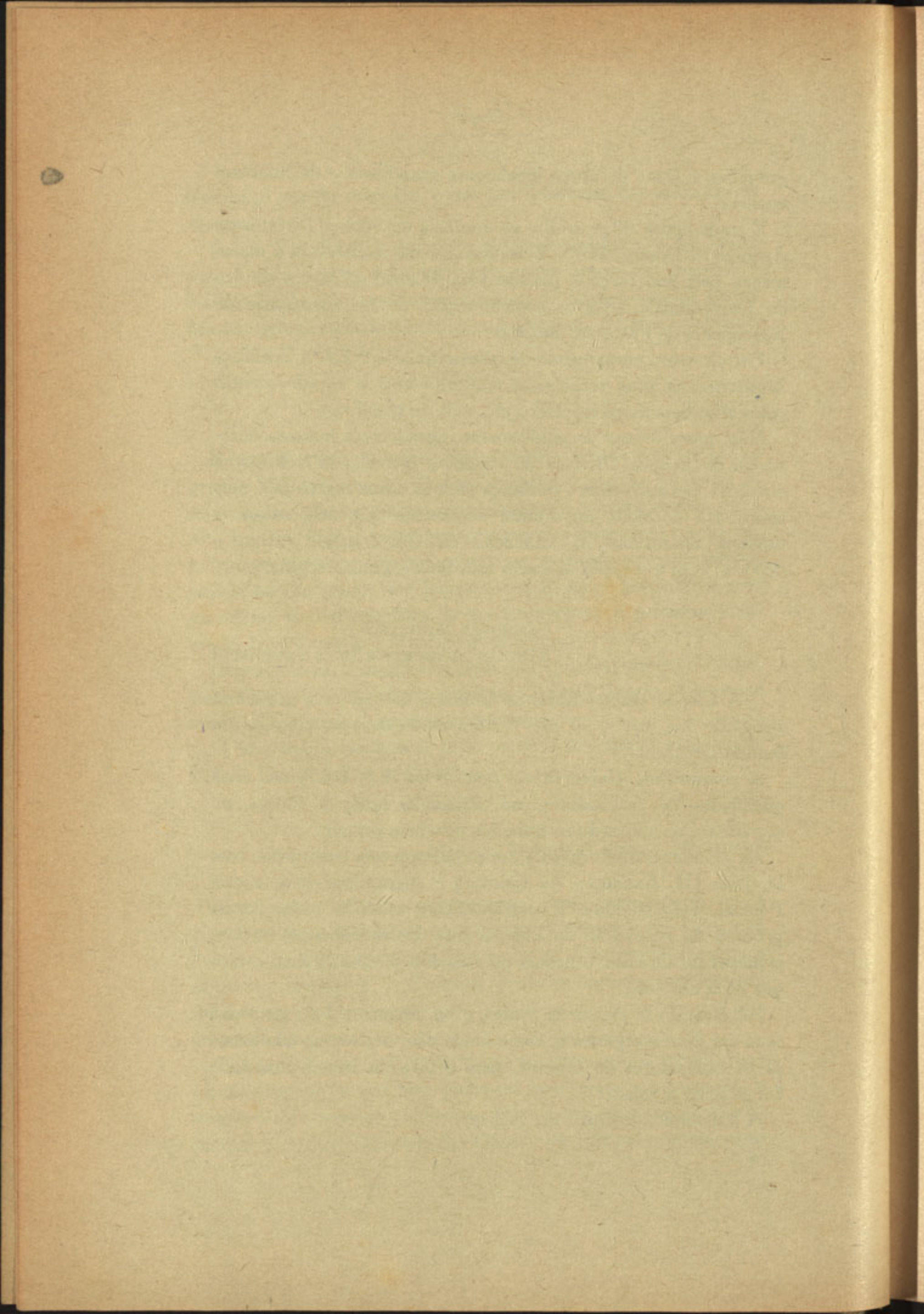
A comunidade Universitária tem fé em V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup>, nas altas qualidades de realizadores, no acrisolado amor à Pátria, no sacrifício e na aplicação ao trabalho, pelo bem comum.

As grandes transformações porque passou esta Instituição, com D. João III, fixando-a em Coimbra e engrandecendo-a, e com Pombal, reformando-a e engrandecendo-a ainda mais, foram produto da renovação do País, depois das descobertas, com as riquezas do Oriente, e depois do fomento do Brasil, com o oiro que de lá nos veio.

Estancaram-se ambas as fontes, e no entanto o País atravessa uma era de ressurgimento, como ainda não vira outra; não temos já os esplendores do Oriente, nem o oiro do Brasil, mas tudo foi possível a Salazar!...

A Universidade confia em Salazar!...







I

## RELATÓRIO

(Lido em 16-x-1948 pelo Ex.<sup>mo</sup> Reitor,  
Doutor Maximino José de Moraes Correia)

EX.<sup>mo</sup> SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL,  
EX.<sup>mo</sup> SENHOR MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
SENHOR DIRECTOR GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
E DAS BELAS ARTES,  
PRESADOS COLEGAS,  
SENHORES ESTUDANTES,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES!

De novo se abrem as portas da Universidade de Coimbra para mais um ano de trabalho e, como o Estatuto preceitua, se apresenta uma resenha do labor do ano lectivo findo e se apontam os factos culminantes da vida académica.

Nada obriga a desenrolar esses factos pela sua ordem cronológica; e que o obrigasse, não me sofreria o ânimo que não transbordasse do peito o íntimo regosijo de poder proclamar neste lugar e neste momento que a nossa Universidade conta já, em pleno e eficiente funcionamento, instalações modelares novas que lhe acrescentam, para maior glória, os seus meios de acção.

Na manhã de hoje, com a presença de Suas Ex.<sup>as</sup> os Senhores Ministros da Educação e das Obras Públicas, procedeu-se à inauguração oficial do novo Arquivo, das novas instalações da Secretaria e Reitoria e também do Instituto de Coimbra que, sem ser um departamento desta Casa, tem na sua já longa existência tantas relações com a vida universitária que plenamente se justifica a aproximação dos actos festivos realizados.



Quiseram Suas Ex.<sup>as</sup> os Ministros aceder ao convite que lhes foi dirigido para assistir a estas cerimónias.

Tenho a certeza que nada é mais grato ao espírito de todos, Professores e Alunos, que esta prova de deferência e de carinho pela *Alma Mater*.

Por isso apresento a Suas Ex.<sup>as</sup> os cumprimentos muito respeitosos e os calorosos agradecimentos pela honra que representa a sua presença.

Mais significativos, porém, do que as palavras formais que possam pronunciar-se são os sentimentos que animam Suas Ex.<sup>as</sup>, um e outro ao serviço da Nação, desdobrando-se e multiplicando-se para o engrandecimento da Pátria, em que uma parcela, e não das menores, cabe à Universidade de Coimbra.

Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Educação Nacional, tomando o lugar que lhe compete pela hierarquia Universitária, sem se prevalecer do alto cargo em que está investido, proporciona-nos a grata homenagem de não abdicar da nossa camaradagem.

Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Obras Públicas é a primeira vez que assiste a uma cerimónia na Universidade de Coimbra, mas nem eu já sei quantas vezes a tem infatigavelmente percorrido e estudado e ela tem sido objecto das suas preocupações e cuidados, empenhado como está no seu engrandecimento.

Honra lhes seja!...

É-nos sumamente grato, também, assinalar e agradecer a presença do Ex.<sup>mo</sup> Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, ligado à Universidade de Coimbra pela sua formação espiritual e pela superior colaboração que lhe deu e noutra esfera continua solícitamente a prestar.

#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES :

Arredado embora um certo número de factores de perturbação da vida universitária, nos seus diferentes aspectos, pedagógico, científico e cultural, persiste infelizmente o clima espiritual de incertezas e desconfianças, pouco propício à normalização da vida académica.



As relações entre os diversos países intensificam-se em orientações diferentes das de tempos passados para afrouxarem com outros cuja vida mais ou menos acidentada as não permitem ou dificultam.

A atmosfera de intranquilidade que se respira exerce uma acção inibitória sobre as iniciativas, ao mesmo tempo que, e por isso mesmo, surgem conceitos acerca das relações culturais entre os diversos povos e se aventam hipóteses utópicas sobre a Universidade Nova.

Chegam-nos de longínquas paragens apelos angustiosos, gritos lancinantes de universitários que atravessam a mais negra miséria. Já as Universidades Portuguesas se manifestaram, e a de Coimbra com a maior generosidade, para minorar a desgraça em que se debatiam Professores e Estudantes gregos. Sucessivas solicitações mostram-nos que não é melhor a situação noutros países como a Checoslováquia e a Croácia, que ao lado da miséria material sofrem indizíveis horrores morais.

Organismos como a E. U. I. (Entreaide Universitaire Internationale) da Suíça, a British Association of University Teachers e finalmente a UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organisation) esta última mais recente e originada na Conferência dos Ministros de Instrução Pública dos Governos Aliados, esforçam-se por aproximar os Professores e Estudantes de todo o mundo, por tomar contacto com as Universidades mais remotas e afastadas politicamente, por levar o auxílio material onde ele é necessário, por conhecer e compreender as pessoas e as instituições.

Até agora não vemos que tal trabalho tenha sido frutuoso. Certos idealistas vão ao ponto de pretender a criação da Universidade Internacional e libertá-la da influência governativa.

Afirma-se a necessidade de uma Universidade independente do Estado no domínio material, para daí brotar como corolário a autonomia total.

A Ciência não tem fronteiras. Para que há-de então o Governo ter ingerência nas Universidades?

Não vale a pena discutir tais pontos de vista, que são profundamente contraditórios só pelo enunciado. Aparte raros Institutos



Científicos de criação e manutenção particular, onde há Universidades cujos encargos não sejam custeados pelo Estado, Governo Central, Municipalidades, Cantões, Províncias, ou Autoridades Religiosas? Como eximir-se um organismo à tutela de quem lhe fornece os meios de vida?

Entre os extremos da internacionalização da Universidade e da nacionalização absoluta da Ciência, a Universidade de Coimbra continua a sua vida científica, cultural e pedagógica, sem os excessos que a desviem do papel cultural internacional nem dos deveres que lhe competem perante a Nação.

Os que proclamam a necessidade de internacionalizar a Ciência são os mesmos que guardam ciosamente os segredos da energia atómica. Os que são acusados de excessivo nacionalismo, são os primeiros a acolher os Cientistas de todo o mundo e a visitá-los para lhes receber os ensinamentos.

Diz-se, e parece haver quem o creia, que o mundo atravessa uma crise de gestação de ideias novas que virão trazer mais felicidade aos Povos. O pior é que sucessivas gerações são imoladas a essa hipotética ventura.

Mais parece um vento de insânia que, soprando sobre a pobre Humanidade, estiola toda a alegria de viver.

É no meio do desolador panorama do mundo que Portugal vive, trabalha e progride. Sem nos serem indiferentes as calamidades que assolam outros povos, damos um exemplo de grandeza na adversidade, que cada vez mais nos eleva e firma no conceito dos outros.

Cumpramos nós os deveres de trabalho, de lealdade e de amor à Pátria e à Instituição que servimos e tenhamos fé nos destinos de Portugal.

#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Da leitura dos relatórios dos diversos Directores dos Serviços Universitários uma primeira e confortante verdade ressalta: a Universidade cumpriu, dentro das suas possibilidades materiais, os altos deveres que lhe são atribuídos.



É certo que existem deficiências de várias ordens que urge remediar. Algumas estão em via de desaparecer e a acção governativa, atenta e solícita, já se tem benèficamente sentido.

Com a inauguração das novas instalações do Arquivo foi necessário alargar o quadro do pessoal respectivo que era, como em relatórios anteriores já se notara, extremamente exíguo.

O decreto n.º 36.783, ampliando esse quadro para mais do triplo do que existia, satisfez plenamente as necessidades actuais do serviço.

A mudança do recheio do Arquivo das antigas instalações para as novas, delicada e laboriosa, efectuou-se com a maior felicidade e rapidez, por forma que, iniciada em 19 de Janeiro, em 29 de Fevereiro estava concluída e com tal ordem e método que a 9 de Março já a consulta e leitura se podia facultar ao público.

Apenas os serviços de catalogação sofreram algum atraso, pois o pessoal, empenhado na arrumação e mudança, teve de ser distraído daquele serviço. Realizaram-se as incorporações de documentos notariais das Comarcas de Águeda, Arouca, Aveiro e Ovar.

Há que registar e agradecer a oferta, pelo benemérito Dr. João de Vilhena, de vários retratos e gravuras, da Senhora Dona Maria Ruas, de um exemplar de teses de Direito de 1859, e do Senhor Coronel Belizário Pimenta, de Documentos para a História da Implantação da República no Distrito de Coimbra.

\*

\* \*

A actividade na Biblioteca Geral desenvolveu-se normalmente, sendo, no entanto, de mencionar o incremento editorial dos «Acta Universitatis Conimbrigensis» que lhe estão adstritos.

O Governo, atendendo a solicitação da Universidade, atribuindo-lhe uma dotação especial, criou as possibilidades de se retomar a antiga actividade editorial da Universidade de Coimbra. «De dia para dia são maiores as solicitações e oferecimentos dos estudiosos e eruditos portugueses para que a Universidade, o mesmo é dizer o Estado, patrocine a publicação de trabalhos de



alta importância que infelizmente os editores em geral não podem tomar a seu cargo».

Entre os quatro importantes volumes este ano publicados avulta o Tomo I dos Conselhos e Pareceres do Padre Francisco Suarez, do qual em breve se celebrará nesta Casa o IV centenário do nascimento.

Cumpre-me também agradecer publicamente a generosidade do Dr. João Jardim de Vilhena que ofereceu à Biblioteca Geral uma colecção de ex-libris que na opinião dos entendidos é das mais ricas do mundo.

\*  
\*   \*  
\*

A Faculdade de Letras e a Universidade perderam com a inesperada morte do Doutor Aarão de Lacerda um dos seus mais dedicados colaboradores.

Professor e Director da Escola das Belas Artes do Porto, Professor do Conservatório, a sua casa e Família constituída naquela cidade, quando a cadeira de Estética e História de Arte vagou pela morte também prematura do Doutor Vergílio Correia, o Dr. Aarão de Lacerda aceitou jubilosamente a sua regência. O amor que dedicou à Universidade em que se formou, superou todas as considerações de ordem pessoal e para aqui o trouxe. Honremos a sua memória!...

Luta a Faculdade de Letras com grandes dificuldades a que urge dar remédio. Só com verdadeiro espírito de sacrifício do seu pessoal docente e auxiliar se conseguiu que decorressem com normalidade todos os serviços pedagógicos e o funcionamento dos diversos institutos estrangeiros.

Basta acentuar os seguintes factos. Dos 14 lugares de Professores Catedráticos, apenas 8 se encontram preenchidos. Compreende-se o acréscimo de trabalho que o funcionamento das cadeiras e cursos correspondentes aos lugares não preenchidos acarreta para os Professores existentes.

Embora tenham colaborado com esta Faculdade sumidades como Max Leopold Wagner e Luigi Federzoni, esta colaboração,



aliás preciosa, tem tal carácter de especialização que não supre as dificuldades apontadas.

Por outro lado a Faculdade viu multiplicar por tal forma os seus Institutos que dos dois primitivos passou a ter hoje 12, com as respectivas bibliotecas, e não é possível manter o serviço à altura exigida pela função a que se destinam, com o quadro de pessoal primitivo, ou sejam três conservadores.

O assunto é deveras delicado, como já tive ensejo de o ponderar superiormente, porque os institutos de línguas estrangeiras, votados a uma forçada incúria, constituem motivo de reparos e críticas por parte dos interessados, que é preciso afastar.

A despeito destas dificuldades e de outras inerentes às más condições materiais do edifício, grande número de alunos, etc., a actividade da Faculdade de Letras foi fecunda e brilhante.

As publicações periódicas *Biblos*, *Humanitas*, *Brasilia*, *Revista Portuguesa de História*, a que há que juntar a *Revista Portuguesa de Filologia*, são repositórios honrosíssimos da actividade do Corpo Docente desta Universidade e também dos trabalhos de alguns dos seus alunos.

Mas no Instituto, *Boletim da Biblioteca da Universidade*, *Acta Universitatis Conimbrigensis* e em volumes avulsos encontram-se outros trabalhos muito valiosos dos professores desta Faculdade, alguns de notável repercussão internacional, como a *Geografia Humana*, da autoria do Senhor Director da Faculdade de Letras.

Empreenderam-se no Instituto de Estudos Geográficos trabalhos de cartografia de grande interesse científico e pedagógico.

Notável, também, foi a obra de extensão universitária. Pela sua índole é sem dúvida esta Faculdade a que está em melhores condições para dar brilho e prestígio à vida de relação da Universidade. E, com prazer o afirmo, cumpre com dignidade essa obrigação.

Conferências numerosas feitas por estrangeiros e nacionais de reconhecida competência; conferências realizadas pelos seus Professores em Lisboa, Porto e outras cidades, recitais, concertos e finalmente o 24.º Curso de Férias, que teve um êxito considerável.



Para se avaliar da sua importância e do esforço que representa essa iniciativa, já com fundas raízes na vida da Faculdade de Letras, bastará dizer que dele constaram 139 lições, afora as conferências, excursões, serões de arte, visitas a monumentos, etc., e que foi frequentado, além dos portugueses, por 33 estrangeiros de 9 nacionalidades.

Convém ainda pôr em relevo que neste mesmo Curso de Férias se celebrou o tri-centenário da Restauração de Angola com uma série de notáveis conferências acerca daquela nossa província de além-mar.

\*

\* \*

As dificuldades da vida docente da Faculdade de Direito, que durante anos se têm acentuado, encontram-se agora atenuadas pela entrada, neste ano lectivo, de quatro Professores Catedráticos.

Como é sabido, tem esta Faculdade contribuído por muitos dos seus Professores para a Governação Pública, o que, constituindo o reconhecimento da sua competência e uma honra para a Universidade, a tem desfalcado consideravelmente de modo a tornar incomportável o acréscimo de trabalho para os que têm por missão manter a vida da Faculdade.

A apresentação de 4 candidatos, simultaneamente, todos com uma preparação sólida e eficiente, prestando provas de concurso com a maior dignidade e elevação, constitui motivo de orgulho para a Faculdade que tão desveladamente cuida da preparação dos seus continuadores.

Ao lado, porém, desta razão de júbilo a Faculdade de Direito perdeu, por voluntário afastamento, aliás por motivo de doença, a colaboração docente de um dos seus grandes Professores. Transcrevo as próprias palavras do Senhor Director da Faculdade:

«O Professor Manuel Paulo Mereia pediu e obteve a sua aposentação. A certeza de que esse grande Mestre, que tanto dignificou esta Faculdade e a quem tanto devem a cultura jurídica nacional e internacional, continuará a sua produção científica não pode de longe compensar-nos da irreparável falta que nos faz



a sua cooperação como Professor, a autoridade e valor do seu ensino, a sua perfeita camaradagem como colega e a sua dedicação à Faculdade. Professor e só Professor, com uma vida inteiramente devotada à cultura Histórico-Jurídica e à cultura em geral, a sua passagem pela Faculdade deixa um exemplo e uma recordação inapagáveis».

A Faculdade de Direito, o Senado Universitário, o Governo e outras entidades, homenagearam este ilustre Professor, tendo o Senhor Ministro da Educação Nacional, acompanhado pelo Senhor Director da Faculdade de Direito e pelo Reitor, ido a casa do Professor Paulo Mereia fazer a entrega das insígnias da Gran-Cruz de Santiago, com que Sua Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República o agraciou.

Julga o Senhor Director da Faculdade de Direito que se torna necessário remediar certos males de que enferma a organização dos estudos da sua Faculdade. Embora acentuando que não é possível aperfeiçoar o essencial do ensino pela simples publicação de reformas, entende que a má organização torna estéril muito do esforço dos Professores e alunos de boa vontade.

Da actividade de extensão universitária do corpo docente há que mencionar o notável êxito de um curso realizado na Associação Comercial do Porto que muito honrou o Professor que o leccionou e a nossa Universidade; a intervenção do Senhor Vice-Reitor no Congresso de Ciências Administrativas, realizado em Berna, e a presença com notável actuação do Director da Faculdade na Sessão da Comissão Internacional Penal e Penitenciária, também em Berna.

Foram publicados pelo Corpo Docente 30 trabalhos, distribuídos pela Revista de Legislação e Jurisprudência, Boletim da Faculdade de Direito, Revista de Filologia Portuguesa, Revista de Direito e de Estudos Sociais e ainda por algumas revistas argentinas e espanholas.

É de notar que seis trabalhos são da autoria do Professor Doutor José Alberto dos Reis. Transcrevo também as palavras do Senhor Director da Faculdade que se lhe referem: «O Professor Doutor José Alberto dos Reis, apesar de ter abandonado o serviço activo da Faculdade, está tão preso a ela, onde a sua



autoridade e ensinamentos vivem como se ele estivesse presente, que não hesitamos em o mencionar entre os Professores que nela produzem. Felizmente a cessação das funções docentes não lhe enfraqueceu o amor pela ciência jurídica e a valiosa fecundidade do seu trabalho».

Grande e salutar exemplo o deste Mestre.

\*

\* \*

Pelo decreto n.º 18.310 criavam-se 15 lugares de Chefes de Serviço na Faculdade de Medicina. Apesar do reconhecimento, por parte do Governo, da necessidade da existência de tais auxiliares, das solicitações instantes da Faculdade de Medicina, da oportunidade excepcional que o termo do serviço de alguns assistentes proporcionava para o seu recrutamento, nunca a Faculdade logrou ver dotados no orçamento tais lugares.

Todavia as necessidades dos diversos serviços não só o aconselham mas até o impõem, tendo-se por várias vezes distraído alguns assistentes, já de si em número insuficiente e cada vez de recrutamento mais difícil pela exígua remuneração que lhes é atribuída, para serviços de ordem técnica.

A Faculdade de Medicina espera e confia em que as suas péssimas instalações laboratoriais e clínicas, a penúria extrema das suas dotações, a carência de pessoal auxiliar e técnico, sejam remediados e com urgência, fazendo-se justiça ao seu Corpo Docente que luta com verdadeiro heroísmo para manter actualizado o ensino que evolui com rapidez desproporcionada aos meios que são postos à sua disposição.

O decreto-lei n.º 37.040, recentemente publicado, introduz medidas salutaras cuja necessidade de há muito se fazia sentir.

A redução e incorporação dos Preparatórios Médicos dentro da Faculdade de Medicina, o estabelecimento com melhor critério pedagógico do regime de precedências, a distribuição de disciplinas por forma a não consumir em escolaridade um número de horas incomportável, o estabelecimento de um ano de estágio e de uma tese de licenciatura, como condições do exercício da pro-



fissão, finalmente a dignificação dos actos de doutoramento académico, são, na verdade, normas que vieram ao encontro dos desejos há muito expressos pela Faculdade.

Funcionaram com toda a regularidade cursos anexos à Faculdade, como os de Hidrologia e Climatologia, o Curso Superior de Medicina Legal, o de Parteiras, o de Tisiologia Social e o de Cardiologia, este com relevo especial pela magnífica série de conferências que, salvo a primeira, foram de alto nível científico e de invulgar brilho.

Continuaram a funcionar com toda a regularidade as Quinzenas Médicas Hospitalares, onde foram apresentados muitos trabalhos de valor, e decorreu com excepcional êxito o XI Curso de Férias. A sua organização obedeceu este ano a moldes mais amplos por forma a que as três faculdades de Medicina do País pelos seus mais eminentes Professores nele colaboraram. Daí resultou uma maior variedade de assuntos e um interesse e proveito crescentes por parte de quem o seguiu.

Note-se que este curso continua a realizar-se, sem qualquer ajuda do Estado, apesar de solicitada e prometida.

Tomou a Faculdade parte em vários certames científicos. O III Congresso Internacional dos Médicos Católicos, o Congresso Luso-Espanhol de Climatologia e Hidrologia, as Reuniões da Sociedade Anatómica Portuguesa, o Congresso Nacional de Neuro-Oftalmologia e o Congresso Luso-Espanhol de Obstetrícia e Ginecologia tiveram larga representação da nossa Faculdade de Medicina, especialmente este último em que a Escola Coimbrã marcou um lugar de destaque e que foi presidido pelo Senhor Director da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Várias conferências por nacionais e estrangeiros se realizaram, além das que já mencionámos, e também muitas outras foram pronunciadas em Lisboa, Porto, Guarda, etc. pelos nossos Professores, que também foram chamados a prestar serviço oficial noutras Faculdades.

A despeito das crescentes dificuldades mantém-se as 10 publicações existentes e foi recebido, com a mais viva satisfação e com larga repercussão nos meios médicos, o aparecimento da nova «Revista Portuguesa de Obstetrícia, Ginecologia e Cirurgia».



\*

\* \*

A Faculdade de Ciências e a Universidade deploram o falecimento do Professor Extraordinário bacharel Miguel Marcelino Ferreira de Moura que durante largos anos prestou excelente colaboração científica e pedagógica e serviços prestimosos à Faculdade de Medicina em que também era diplomado.

Precedendo concurso, foram admitidos dois professores catedráticos, um de Física e outro de Matemática, em breve estarão também preenchidas as vagas existentes de Professores de Desenho e efectuam-se diligências no sentido de contratar dois professores alemães.

Conseguiu o Laboratório Químico melhorar sensivelmente o seu apetrechamento graças a uma verba relativamente avultada que lhe foi concedida; e também o Laboratório de Física pôde com dotações especiais conseguir repor em funcionamento a sua instalação de Raios X que se encontrava paralizada há anos.

A afluência de alunos, especialmente nos cursos de Preparatórios de Engenharia, tem acarretado dificuldades no funcionamento de certos laboratórios que, só à custa de muito trabalho e verdadeiro espírito de sacrifício do exíguo pessoal, têm sido superadas.

Embora as relações culturais com os países estrangeiros continuem com as dificuldades já apontadas, pôde entretanto fazer-se a aquisição do material científico e a permuta das publicações da Faculdade, que têm saído com toda a regularidade.

Mantém-se a colaboração dos diversos departamentos com a União Astronómica Internacional, União Geodésica e Geofísica Internacional, Faculdade de Medicina e Escola de Farmácia, Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Juntas Autónomas dos Portos do Continente e Ilhas, Junta Nacional dos Vinhos, Fundação da Casa de Bragança, Instituto Francês em Portugal e Instituto Britânico em Portugal.



O Director do Instituto de Antropologia, tomou parte no III Congresso Internacional de Ciências Antropológicas realizado em Bruxelas.

Pelo Ministério das Obras Públicas foram autorizadas e patrocinadas duas missões de visita e estudo a instalações universitárias estrangeiras, com a finalidade de colher elementos para as futuras instalações da Universidade.

Da primeira fez parte o Senhor Director como Professor de Matemática, o Professor de Física e um Professor de Química, um Engenheiro e um Arquitecto: foram visitados centros Universitários da Espanha, Itália, Suíça, Suécia, Holanda e Inglaterra.

A segunda foi constituída pelo Professor de Antropologia com um Arquitecto e visitou Universidades da Bélgica, Holanda e países escandinavos. Em ambas estas missões foram colhidos valiosos elementos.

\*

\* \*

Continua o reduzido Corpo Docente da Escola Superior de Farmácia a trabalhar denodadamente para bem cumprir as suas tarefas pedagógicas de investigação científica e de extensão universitária. Infelizmente este último aspecto não pôde, por diversas razões, ser levado a efeito com a amplitude de anos anteriores, pois nem o Curso de Férias nem as lições de interesse colonial se realizaram, como já era de tradição nesta Escola. É de desejar que os obstáculos que surgiram sejam removidos para bem de todos e prestígio da Instituição.

A produção científica foi entretanto avultada sendo publicados mais de 20 trabalhos de investigação, conferências, etc..

Esteve a Escola representada pelo seu Director no primeiro Congresso de Farmácia Luso-Espanhol que se realizou em Madrid, onde assumiu a presidência duma das secções e apresentou trabalhos que foram devidamente apreciados.

As dificuldades mais prementes da Escola dizem respeito às mesquinhas dotações dos serviços, à carência de espaço, à necessidade de criação de Chefes de trabalhos práticos, e à eliminação



ou modificação de exigência aos diplomados na Escola da nota de 14 valores para poderem seguir a licenciatura, tudo aspirações justas que se torna necessário satisfazer.

\*

\* \*

Continuam os organismos culturais académicos, Teatro dos Estudantes, Orfeão e Tuna, a manter o seu alto nível de actividade.

Louvores são devidos aos seus dirigentes artísticos pela dedicação sem limites de que dão prova e da competência já tão largamente demonstrada.

É também de toda a justiça louvar e agradecer aos directores da Associação Académica todo o esforço e dedicação que em benefício da Academia tem desenvolvido. Direcção eleita, desfalcada pela saída da maior parte dos seus membros por haverem terminado os estudos, conseguiu no entanto manter a vida da Associação com uma solicitude e aprumo acima de todos os elogios.

Foram elaborados os novos Estatutos, que com ligeiríssimas alterações já foram aprovados por Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Educação Nacional. Colaborou em todas as iniciativas académicas, orientando, auxiliando e trabalhando. Promoveu com os organismos culturais a realização de várias conferências, recitais e concertos quase todos levados a efeito no Salão Nobre da Faculdade de Letras; a sua colaboração com a Reitoria fez-se sempre com o maior aprumo e lealdade.

Patrocinou uma comissão de estudantes que se propôs angariar fundos entre os colegas para adquirir uma máquina de projecção cinematográfica. Essa aquisição fez-se ulteriormente por intermédio da Comissão das Obras da Cidade Universitária, com a aquiescência dos Ex.<sup>mos</sup> Ministros presentes. Empenhou-se na reparação e melhoria do seu campo de jogos, o que está sendo levado a efeito, e tem lutado com solicitude por todas as aspirações académicas justas.



\*

Continua a Sociedade Filantrópico-Académica a desempenhar as suas altruistas funções, cada vez mais amplamente, mercê de uma administração cuidadosa e eficiente. Ao seu Ex.<sup>mo</sup> Presidente aqui deixo exarados os agradecimentos da Universidade.

\*

Anda a Reitoria empenhada em diligências morosas e complexas para entrar na posse de um importante legado que o benemérito português falecido no Brasil Comendador Felisberto Peixoto da Fonseca, testou à Universidade para o «Fundo de Auxílio ao Estudante Pobre». Esta instituição, apesar de uma vida difícil, tem, mercê da generosidade de alguns beneméritos, prestado auxílio a muitos desprotegidos.

\*

A assistência médica aos estudantes que se apresentam com uma declaração de qualquer dos membros da Direcção da Associação Académica tem tomado grande incremento, contando-se por centenas os beneficiados com consultas, tratamentos, análises, radiografias e intervenções cirúrgicas.

Ao Senhor Director dos Hospitais e a todos os clínicos que nessa obra colaboram, aqui deixo também o agradecimento que lhes é devido.

\*

Foi este ano assinalada a festa da «Queima das Fitas» por dois factos que merecem menção especial. A visita dos estudantes e Professores da Universidade de Lovaina que foram recebidos na Reitoria e acarinhados pelos seus colegas por forma a terem partido para o seu país cheios de gratidão e de entusiasmo pela Universidade de Coimbra, como o testemunham documentos ulteriormente recebidos.



O outro consistiu na organização de uma Exposição Internacional de Actividades Académicas que, apesar do pouco tempo em que foi concebida e realizada, teve um notável êxito.

Lembre-se também com louvor a iniciativa da Casa dos Estudantes do Império que levou a efeito uma série de conferências para celebração do 3.º Centenário da Restauração de Angola.

\*

Continua sem solução a questão de tão alta importância da educação física na Universidade de Coimbra.

A grande massa académica como, aliás, todo o País, só se interessa pelo futebol, desprezando as outras modalidades da verdadeira educação física que preparam afinal para as grandes competições desportivas.

Esforços feitos pela Reitoria e por alguns académicos de boa-vontade, dinheiro gasto para manter secções de ginástica e de atletismo, tudo tem sido em pura perda.

Naturalmente porque resolver esta magna questão não compete, a nosso ver, nem à Universidade, nem aos académicos, mas ao Estado.

Não se ignora que os desportos e a educação física não existiam em Portugal, como organização oficial, mas desde que felizmente entramos por esse caminho e existe uma Direcção Geral dos Desportos, um Instituto Nacional de Educação Física, os estádios e campos de jogos se difundem por todo o País, reputo absolutamente urgente e inadiável que se organizem os desportos universitários por forma a que todos os estudantes deles possam beneficiar. Entrenadores, monitores de educação física, remunerados pelo Estado, constituem decerto um encargo, mas de que resultarão largos benefícios que se torna ocioso enumerar.

Ao Senhor Ministro da Educação eu dirijo neste momento o meu apelo, certo de que está no ânimo de Sua Ex.<sup>a</sup> como no de todos os universitários.



\*  
\*   \*   \*

Ao abordar as considerações que desejo fazer acerca das obras da Cidade Universitária ensombra-se-me a alma de dor e de tristeza pela recordação do companheiro de trabalho que a morte traiçoeiramente nos arrebatou.

José Ângelo Cotinelli Telmo, architecto chefe da Comissão a que tenho a honra de presidir, foi, desde a primeira hora, um colaborador superiormente dotado, um companheiro leal, inteligente e alegre, que supria as desigualdades de aplicação ao trabalho, fruto do seu temperamento irrequieto e arrebatado, com rasgos de verdadeira genialidade.

A sua perda não é apenas um rude golpe na Comissão da Cidade Universitária de Coimbra, mas no País que o contava entre os seus mais altos valores.

A Universidade de Coimbra presta-lhe comovidamente pública homenagem de gratidão pelo que lhe ficou devendo.

\*

Prosseguem com bom ritmo as obras do edifício da futura Faculdade de Letras, cujo termo, pode dizer-se, está à vista.

Activam-se as demolições sempre penosas e morosas para libertar o espaço onde vai implantar-se a Faculdade de Medicina. Com o cumprimento fiel da promessa dos técnicos empenhados na construção do Liceu Infanta D. Maria, já inaugurado, encontra-se devoluta grande parte do edifício de S. Bento onde há-de instalar-se o Instituto de Antropologia. Para a parte do mesmo edifício que era ocupada pelo Instituto de Coimbra foi, mais uma vez, mudada a Biblioteca da Faculdade de Medicina, visto que teve de ser demolida a casa de habitação em que esteve provisoriamente instalada.

As obras do Instituto Botânico, que o tornaram um dos melhores da Europa, encontram-se também muito adiantadas.

Activam-se os trabalhos da construção dos pavilhões para o futuro Observatório Astronómico, dos quais o mais importante



já tem a cobertura, e os da Casa dos Professores no Convento dos Grilos, que alojará temporariamente a Associação Académica.

Foram já dadas as empreitadas para a adaptação de alguns pavilhões do Manicómio Sena onde ficarão instalados provisoriamente os serviços clínicos actualmente existentes no Hospital do Castelo.

Estuda-se a ampliação e modificação do Hospital do Colégio das Artes para servir de Hospital Escolar e encontra-se quase terminada a escadaria de acesso à futura Praça de D. Diniz. Um certo número de estátuas que hão-de embelezar os recintos, encontram-se também já terminadas ou feitos os seus modelos.

Com a mudança dos serviços da Secretaria e do Arquivo ficou devoluto o espaço que há-de servir para a Faculdade de Direito, podendo as obras de adaptação começar dentro em breve.

Esta perfunctória resenha mostra que há muita coisa feita e muitas outras com possibilidade imediata de execução. Ninguém ignora porém que, a despeito da boa vontade e incitamento do Governo e em especial do Ex.<sup>mo</sup> Ministro das Obras Públicas, da solicitude e carinho e competência técnica do Senhor Engenheiro Director Delegado e ainda da boa vontade e colaboração de muitos, a Comissão não trabalha como quer, mas simplesmente como pode.

Por isso há ainda problemas em suspenso, mas que urge formular e resolver. São eles as instalações para a Associação Académica e respectivo campo de jogos e o edifício para a Escola de Farmácia.

Tem-se procurado, especialmente para o primeiro, várias soluções. Nenhuma delas até agora se afigurou satisfatória, e mais vale adiar a resolução de um assunto do que solucioná-lo rápida mas defeituosamente.

Não tenho dúvida entretanto em que o Ex.<sup>mo</sup> Ministro das Obras Públicas com o seu alto poder realizador e a nítida compreensão do que se deve à Academia se empenhará em dar-lhe plena satisfação.

Foram realizadas três missões de visita a estabelecimentos universitários estrangeiros sob o patrocínio do Ministério das Obras Públicas. A primeira realizou-se em Outubro e Novembro



de 1946 e foi constituída pela própria Comissão, que visitou Roma, Milão, Bolonha, Pavia, Zurique, Berna, Genebra, Lausana, Basileia, Friburgo e Paris. Das outras duas, ambas realizadas este ano, já se fez menção neste relatório.

\*

\* \*

Recebeu a Universidade muitas visitas de personalidades do mais alto relevo internacional. O Senhor Ministro da Justiça da Bélgica acompanhado do seu Ministro em Portugal, Sir Samuel Hoare acompanhado pelo Dr. Teotónio Pereira, o Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, além de numerosos cientistas de todo o mundo, dos congressistas Médicos Católicos, Professores e Estudantes Belgas já mencionados, etc..

Uma visita fez também a Universidade de Coimbra. No dia 27 de Abril, data em que se completaram 20 anos em que o nosso colega Doutor Oliveira Salazar entrou para o Governo da Nação, a Universidade pelo seu Corpo Doutoral deslocou-se a Lisboa para apresentar a Sua Ex.<sup>a</sup> as homenagens de respeito e de gratidão por todos os benefícios que lhe devemos e por nos ter preservado dos horrores por que passaram quase todos os países da Europa e do mundo.

\*

\* \*

#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Termino como comecei. De tudo quanto levo dito, sem tentar esconder deficiências que é preciso remediar, nem deixar de dar relevo ao que o merece e é louvável, resulta que a Universidade cumpriu. Nada pode melhor sintetizar o que penso do que as palavras com que Salazar nos acolheu e eu desejo que fiquem



gravadas nesta Casa para nos servirem de consolação e de estímulo:

«Quando tanta coisa que parecia sagrada e eterna se dispersa e dissolve no mar revolto que é o mundo de hoje, faz bem atentar no valor de uma instituição que não traiçoa o seu espírito, nem se afasta da missão que lhe foi confiada. .... Quem está diante de mim é o mesmo ser moral que vem afirmando-se desde séculos; quando estuda, quando ensina, quando se manifesta, é escusado perguntar, porque é Coimbra, é a Universidade».



II  
ORAÇÃO «DE SAPIENTIA»

(Proferida em 16-x-1948  
pelo Doutor Aristides de Amorim Girão)

PORTUGAL E A UNIVERSIDADE PERANTE AS  
CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS DA IDADE NOVA

EX.<sup>mos</sup> SENHORES MINISTROS DA EDUCAÇÃO  
NACIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS,  
EX.<sup>mo</sup> SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE,  
SÁBIOS PROFESSORES E DOUTORES,  
JOVENS ESTUDANTES,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES!

Cabe-me pela segunda vez a honra de tomar este lugar, para proferir a tradicional oração da abertura solene das aulas. Nem o prudente aviso da sentença latina — *Non bis in idem* —, nem as ocupações e preocupações inerentes à função que desempenho, nem a consciência dos meus limitados recursos, puderam libertar-me deste grato, mas pesado encargo. Há ocasiões, bem o reconheço agora, em que a força das circunstâncias pode mais do que a vontade dos homens.

Era à Faculdade de Letras que competia designar um dos seus professores para usar aqui da palavra neste dia. Tal designação, feita, para mais, com pouca antecedência, constituiu tarefa singularmente difícil. Não é possível encontrar gente ociosa num elenco professoral tão reduzido para a vastidão dos serviços docentes a seu cargo, serviços docentes que têm vindo a assumir de ano para ano maior volume, e a prolongar-se até pelas férias dentro.



A uns Colegas, porque a sua precária saúde os impossibilitava de aqui vir; a outros, porque, assoberbados com trabalhos inadiáveis de vária natureza, não era fácil abrir neles um parêntese, por pequeno que fosse; a outros, ainda, porque não era lícito nem humano pedir-lhes em Julho (porque só em Julho, por incúria minha, se lhes pediu) o sacrifício das suas bem merecidas férias: — todas estas circunstâncias adversas vieram acumular-se como nuvem ameaçadora sobre a cabeça do professor em cujos ombros pesa temporariamente na Faculdade o exercício das funções directivas. E, sendo este que tem de assegurar o normal funcionamento do serviço como primeira atribuição do cargo, estava talvez na boa lógica que fosse ele também a desempenhar-se de mais este encargo.

Perante os vários e fortes motivos de escusa que por todos os Colegas me foram apresentados, confesso, entretanto, que não durou muito a minha hesitação. Há ocasiões em que não se pode olhar a trabalhos, nem atender a méritos, nem medir possibilidades, nem mesmo ceder a preocupações de bom-senso, quaisquer que elas sejam; ocasiões em que, a todos os outros deveres, parece sobrelevar até o *dever da imprudência*, de que nos fala certo escritor francês a propósito da viagem do grande explorador Schackleton ao Pólo Sul. E esta foi seguramente uma delas.

Motivo mais ponderoso do que todos os motivos e razões que pudessem ponderar-se para me servir de fácil escusa, é que tinha de subir hoje a esta cátedra um professor da minha Faculdade. Só por isso aqui me encontro, em obediência a um dever serenamente cumprido.

Que ao menos as prementes e irremovíveis circunstâncias que me constituíram na obrigação de aqui vir pela segunda vez, e de aqui vir especialmente neste dia que vai ficar assinalado nos anais da Academia Conimbrigense pelas inaugurações hoje realizadas com a presença dos ilustres membros do Governo da Nação — a quem não quero deixar de exprimir as minhas respeitadas homenagens —, que ao menos estas circunstâncias, de todo superiores à minha vontade, possam desculpar as deficiências do trabalho que agora apresento e fazer jus à benevolência de quem me escuta.



EXCELÊNCIAS,  
MAGNÍFICO REITOR,  
PREZADOS COLEGAS,  
QUERIDOS ESTUDANTES,  
SENHORAS E SENHORES!

## I

Quando, nos primeiros anos do século em que vivemos, comecei a dar acôrdo de mim neste mundo, lembro-me muito bem de ouvir dizer às pessoas idosas da minha terra beirã que houvera ali outrora um velho singular, alfaiate de seu officio e Guido de sua graça, ao qual, entre muitas outras excentricidades de dito e de facto, attribuiam estas palavras: *Quando virdes estradas largas e o carro aéreo passar ao fundo de Calvos* (é este o nome da povoação onde vivia), *estará a chegar o fim do mundo*.

Impressionante profecia a deste velho, filósofo e vidente, na qual muitas vezes me tenho surpreendido a meditar pela vida fora. Numa época em que, naquele abscôndito recanto da nossa Beira Alta, se viajava apenas a cavallo ou de liteira pela velha calçada romana, numa época em que não havia ainda nem combóios, nem automóveis, nem aviões, Mestre Guido, nos momentos em que a agulha e a tesoura lhe davam tréguas, podia ler com profundeza através das idades, declinando a grande revolução que viria a operar-se nos meios de transporte; e revolução tão completa que, precisamente ao fundo da sua povoação, viria depois a passar a estrada larga, macadamizada, de S. Pedro do Sul a Vouzela, e depois, ainda, o caminho de ferro do Vale do Vouga, e, por fim, o rumo dos aviões que de Viseu a Aveiro seguem o mesmo vale. Lá começou a passar efectivamente, nestes últimos tempos, o «carro aéreo»; e, por triste sinal desse facto extraordinário, há apenas dois anos lá se deu, precisamente ao fundo de Calvos, não longe das Termas de S. Pedro do Sul, trágico desastre de avião que custou a vida a um desventurado moço.

Várias vezes, minhas Senhoras e meus Senhores, a profecia de que vos dou testemunho me tem ocorrido ao espirito. É que, se ela tão impressionantemente e tão rapidamente se realizou no domínio dos factos, não teremos talvez direito a duvidar de que



será também verdadeira no domínio das consequências que se lhes atribuíram.

Ao ver as estradas largas que por todo o País se tem construído e o desenvolvimento progressivo da aviação, também creio que estamos chegados ao fim do mundo. Mas este fim do mundo, que vaticinava o meu velho e ignorado conterrâneo do séc. XVIII, é certamente o mesmo que, ao tropel dos Bárbaros que batiam às portas da cidade, com maior e mais esclarecida penetração pôde visionar, no século V, a águia de Hipona: também agora poderemos dizer que *não é o mundo que acaba, é um mundo novo que começa...*

«*Um mundo novo que começa*» quer dizer por isso, muito simplesmente, *uma idade nova do mundo*. E agora compreendeis, talvez, o motivo por que trago para aqui a profecia de que vos falo. É que, na sua visão pessimista dos progressos humanos, se a collocarmos em face da maldição contida na fala do Velho do Restelo, elas permitirão estabelecer um paralelismo curioso entre as duas idades que o mundo viu e vê: a «idade da navegação marítima» que já em certo modo ultrapassámos, e a «idade da navegação aérea» que agora se inicia.

Na longa caminhada dos séculos e dos milénios, começara o homem por «sujeitar e dominar a terra», segundo o preceito genesiaco. Dominou-a, sobretudo, lutando contra as distâncias pelo uso do *carro terrestre*, que multiplicou consideravelmente o poder das suas mãos e dos seus pés. E creio que ninguém poderá avaliar em nossos dias toda a revolução que veio trazer às possibilidades humanas esta coisa aparentemente muito simples: a invenção da *roda*.

Mas o homem, animal terrestre por excelência, valendo-se do seu poder inventivo, depois de ter dominado a terra, tomou a peito dominar também e pôr ao seu serviço os outros elementos, aproveitando em primeiro lugar as forças motoras da água — e não só dos rios, mas dos mares interiores mais bonancosos e, depois, ainda, dos grandes Oceanos coalhados de terrores e de perigos. E ao amaldiçoar

..... o primeiro que no mundo  
Nas ondas velas pôs em seco lenho!



esse «velho de aspeito venerando» de que fala o nosso Épico todo se lamentava no século xv dos estragos que viria causar ao mundo o uso do barco do alto mar, quer dizer, do *carro marítimo* de grande raio de acção, estragos e desastres sem conta, que a nossa *História Trágico-Marítima* regista.

Mas ainda não era tudo. Restava à Humanidade um outro domínio para ser conquistado — o do ar. O homem, que quisera mover-se na água como os peixes, invejava também a velocidade de deslocação e a liberdade de movimentos das aves. E inventou o avião — *carro aéreo*, como pitorescamente lhe chamou o meu velho conterrâneo, e como lhe chamam agora literalmente, cento e cinquenta anos depois, os mais recentes livros americanos que tenho lido. Também estes falam agora com muita insistência no carro aéreo — *aerocar* —, e por sinal fazendo apelo a que todos os jovens do nosso tempo aprendam a guiar esse carro, e venham um dia a possuir o seu!

«Idade do ar», «idade da navegação aérea», «idade da aviação», é esta a idade nova de que vou falar-vos, a idade dos Descobrimientos Aéreos do mundo que agora principia.

No século xv, ao iniciar-se verdadeiramente a *idade do mar*, muito pouco se conhecia ainda do nosso globo. Outras terras e outras regiões de que havia notícia vaga julgavam-se desabitadas ou povoadas de monstros. Por isso, Camões pôde dizer em boa verdade que, seguindo os caminhos do mar, mostrámos «novos mundos ao mundo».

Neste século xx em que vivemos, pode dizer-se que já não tem segredos para nós o Grande Mar Oceano; mas nas coordenadas geográficas do globo entra em nossos dias uma terceira dimensão — a *altura* ou *profundidade* — e sente-se que, a envolver a terra toda, há outro oceano ainda mais vasto, no fundo do qual temos vivido até agora: o *Grande Oceano do Ar!* O avião vai justamente permitir que nos elevemos neste oceano sem limites. Que novos Descobrimientos, que «novos mundos», que surpresas, que maravilhas, nos trará a exploração que agora se inicia dos espaços interplanetários?!...

...Mas eu não quero dar largas à imaginação e não devo entrar aqui em devaneios. Devaneios, serão talvez bastantes, e são por



certo bem mais acalentadores, os que o coração tem artes de inspirar a gente moça, como é a grande maioria dos que me escutam. E, por isso, para situar convenientemente o tema da minha lição, seja-me permitida uma brevíssima resenha das grandes fases da história da Humanidade nas suas relações com os elementos que sucessivamente veio dominando e, portanto, com os meios de comunicação e transporte com eles especialmente relacionados.

## II

Quando se lança uma vista retrospectiva sobre as mais antigas civilizações que o mundo viu, e sobre os povos e os Estados que então marcharam à cabeça da Humanidade, desempenhando o papel de grandes potências políticas e militares, não deixará de impor-se ao nosso espírito a sua base acentuadamente continental. O domínio da terra via-se bem que só na terra poderia firmar-se. O Egípto, a Assíria, a Caldeia, a Pérsia, a Macedónia são disso claro exemplo.

Na antiguidade oriental, só um pequeno povo, seguindo os rumos do seu condicionalismo geográfico, afirmou vocação verdadeiramente marítima. Estreita faixa de terra apertada entre o Líbano e uma linha costeira bastante desenvolvida, a Fenícia parece que «atirou os seus habitantes ao mar», como alguém disse da Córsega. Os Fenícios enxamearam pelo Mediterrâneo, tornaram-se os corredores e recoveiros do mundo antigo.

Na história da Grécia, já se manifesta, bem clara, a oposição entre as tendências continentais e as marítimas; mas do desenvolvimento progressivo da navegação costeira adveio afinal o grande papel que os Gregos, como os Fenícios, desempenharam na sua importante obra colonizadora, mediterrânea e até mesmo atlântica.

A terra prevalecia ainda, entretanto, sobre o mar. E de base continental, embora tendo como fulcro um mar interior — o *Mare Nostrum* — que por isso se chamou «Mediterrâneo», pode considerar-se ainda o *Império Romano*, construção política que dominou toda uma época e tanta influência havia de exercer posteriormente.



Terrestre é ainda depois, em grande parte, a história da Idade-Média; mas foi o mar que assegurou a importância das pequenas repúblicas italianas de Veneza e de Génova, que também estabeleceram as suas colónias por todo o Mediterrâneo.

Entram, porém, na cena da história as *caravelas*, e resolve-se o problema da navegação do alto mar por meio do astrolábio. E é então que soa também a hora mundial da Península Ibérica.

Era, efectivamente, à península mais ocidental europeia, que estava reservado o grande papel de transferir o centro do mundo do Mediterrâneo para o Atlântico, inaugurando a «fase oceânica da história europeia». O dualismo político ibérico, definitivamente constituído, como que ressuscitou nos mares longínquos, e no início dos tempos modernos, a antiga e fecunda rivalidade que se desenvolvera no Mar Mediterrâneo entre Fenícios e Gregos, primeiro, e Venezianos e Genoveses, depois. E abriram-se, podemos dizer, as portas do mundo, e todo ele foi dividido em dois hemisférios, em duas grandes *esferas de influência* entre Portugueses e Espanhóis, cuja actividade colonizadora assim fica a marcar indelévelmente os novos continentes que se tinham descoberto.

Todo o mundo vem a tornar-se depois campo de expansão da Europa. Pode dizer-se que toda a terra se vai *europeizando*; mas a hegemonia desloca-se a breve trecho dos países europeus do Sul para os países do Norte, possuidores, estes últimos, de jazigos carboníferos, que os primeiros não possuíam no seu solo. Alguns blocos terrestres que se desenham então na carta política da Europa não mostram grandes condições de sobrevivência. O mar entra cada vez com maior quota parte na vida dos homens e dos povos. É ele que assegura aos Estados três dos melhores dons — a independência, a unidade e o poder — como dizia Kirchhoff, e é uma potência marítima que assinala mais fortemente o seu predomínio sobre as outras.

O *Império Inglês* realiza nos últimos tempos o exemplo mais completo de império mundial digno deste nome. Nunca se vira, depois dos dias áureos do Império Romano, uma associação política tão fortemente constituída de povos espalhados por todos os continentes. A «Roma das Sete Colinas» cedera o seu lugar



à «Inglaterra dos Sete Mares». A *Pax Romana* revivia em pleno século XIX na *Pax Britannica*, assegurada em todos os oceanos pelo prestígio da Esquadra Inglesa. *Rule Britannia!*

E nesta fase da «idade do mar» que ainda foi a nossa, podia justamente escrever um geógrafo francês em livro destinado à mocidade escolar da sua pátria: «Quem não guarda o seu lugar sobre os mares arrisca-se a perdê-lo sobre as terras».

### III

Mas uma nova idade ia surgir para o mundo. E surge com seu cortejo lúgubre de morticínios e de destruições. O homem realiza a suprema aspiração de se librar nos ares como as aves do Céu; mas as asas que os progressos estupendos da técnica põem ao seu alcance não são as «asas da pomba», por que há milhares de anos suspirava o Salmista: são antes, por desgraça nossa, as «asas do abutre», traiçoeiro e devastador.

Assim, é no meio de escombros, e de dores sem conta, e de confusão apocalítica, que se gera o mundo novo. E se a guerra de 1914-1918, a primeira guerra mundial que a história regista, é bem caracterizadamente uma luta pelo domínio dos mares, tornada possível sobretudo pela invenção do *submarino*, a guerra de 1939-1945 pode considerar-se já consequência dum sonho mau de conquista mundial, baseada ao mesmo tempo no domínio da terra pelo *veículo motorizado* e no domínio do ar pelo *avião*.

Em nenhuma outra guerra como nesta última a que assistimos, a arma aérea se revelou, com efeito, tão importante e decisiva. E hoje poderemos já talvez afirmar: — Quem não guarda a superioridade nos ares arrisca-se a perder a supremacia na terra.

Sonho mau de conquista mundial o que levou à guerra de 1939-1945, disse eu, e creio que não exagerei. É que o mundo já não é hoje bem o mesmo que era dantes: contraiu-se, tornou-se mais pequeno; e, se pelo ar todos os seus caminhos estão abertos, deixou de haver também pontos muito distantes e barreiras de separação à superfície do globo.

Dado que as distâncias se medem ou contam praticamente pelo tempo do percurso, se com os progressos, por exemplo, da nave-



gação marítima transatlântica e conseqüente redução do número de dias de viagem, a América se veio aproximando cada vez mais da Europa e da África, com o início da navegação aérea os continentes fronteiros ficam separados por algumas horas apenas de viagem, e pode dizer-se que quase tocam uns nos outros.

A ideia de um hemisfério ocidental e de outro oriental, separados por milhares de milhas de água é evidente, por isso, que já perdeu todo o seu significado; e já os Americanos não podem estar certos e seguros de que, se alguém pegar o fogo ao mundo, o seu continente não venha a correr perigo.

O Oceano Atlântico já não separa hoje a América do Norte da Europa mais do que o Mar da Mancha separava outrora a Inglaterra da França; e este Mar pode dizer-se que desapareceu, soldando-se as Ilhas Britânicas ao Continente.

Sem talvez darmos bem por isso, está-se remodelando por completo, em nossos dias, a *posição geográfica* relativa das diversas regiões do globo, no sentido de uma aproximação cada vez maior dessas mesmas regiões. Dir-se-ia que, numa curiosa e singular reposição de coisas, o esforço do homem está contribuindo para restabelecer cada vez mais a primitiva unidade e continuidade da superfície emersa do globo, postulada pela conhecida teoria das translações continentais.

O avião está refazendo o mapa do mundo: está criando, efectivamente, uma geografia completamente nova. E não só física, mas ainda política e económica.

Referindo-se à progressiva contracção do globo pelos meios de comunicação e transporte, escreveu algures o grande geógrafo e académico francês André Siegfried: «Tais circunstâncias geográficas impõem uma concepção correspondente da política. O molde puramente nacional tende a tornar-se demasiadamente estreito, e é preciso alargá-lo no sentido do continente, do oceano, do império, do grupo de Estados».

À medida que as relações dos homens se intensificam e as distâncias se encurtam, novos centros de relações e novas afinidades vão surgindo. Se, por um lado, já não há lugar no nosso planeta para «esplêndidos isolamentos», estamos por outro lado a aproximar-nos cada vez mais de povos que pareciam muito



distantes de nós e de terras que pareciam colocadas no outro pólo do mundo. E neste mundo que se está revelando como nunca uno e monosférico, é a grande família humana que vai tomando cada vez mais consciência de si, mesmo quando os atritos e as desavenças internacionais se multiplicam e os ódios parecem cavar-se mais fundo.

#### IV

Perante estas novas condições geográficas, políticas, económicas e sociais da vida da Humanidade, inevitáveis correcções e ajustamentos precisam de fazer-se na maneira de pensar e de agir dos homens e dos povos. E talvez nenhum povo o tenha sentido tão profundamente, e até mesmo tão dramaticamente, como a grande república norte-americana, sobre que agora pesam as maiores responsabilidades da política internacional.

Não foi, com efeito, sem grande surpresa, que há tempos se me deparou, num livro publicado nos Estados Unidos, esta espontânea confissão: «Outrora a cidadania americana era uma lição de história; hoje é sobretudo uma lição de geografia... Muitas das nossas dificuldades derivam de não havermos reconhecido isto mesmo como nação. Não temos sido familiares com os outros povos, não temos avaliado os outros recursos, temos vivido alheios à mudança das adaptações e afinidades geográficas, não temos pensado em termos de uma necessária estratégia global. Temos permanecido provincianos num mundo de apertadas interdependências. Estrategicamente, comercialmente, culturalmente e intelectualmente, deixámo-nos ficar para trás, enquanto mecânicamente, industrialmente e esteticamente temos alinhado à frente».

Singular confissão me parece esta, na verdade.

Para ela se ter tornado possível foi certamente preciso que os dolorosos acontecimentos da última guerra abrissem os olhos a muita gente. O ataque inesperado e brutal de Pearl Harbour estava com certeza no pensamento do autor, como estariam na surpresa angustiante do povo que viu o seu prestígio e a sua liberdade seriamente ameaçados nos pontos mais distantes do



globo e por todos os lados: — no Oceano Pacífico como no Grande Deserto africano, no porto de Murmansk como na Península da Crimeia e no Oriente Próximo.

Por isso os homens públicos norte-americanos, com responsabilidades na orientação interna e externa da sua pátria, se apresaram a reconhecer também o erro em que caíram. E, à frente de todos eles, o falecido Presidente Roosevelt, isolacionista convicto até 1937, mas que depois mudou de parecer, quando viu alastrar pelo mundo a «epidemia da ilegalidade», segundo a sua própria expressão.

Sobre a evolução que as duras lições da guerra operaram no espírito de alguns americanos mais esclarecidos, ouçamos o antigo Subsecretário de Estado Sumner Welles, no prefácio do seu livro *An Intelligent Guide to the Peace*, publicado ainda durante o conflito: «Estou convencido de que a imensa maioria dos cidadãos deste país chegou à conclusão de ter a política isolacionista resultado num desastre, no que se refere aos interesses nacionais... Nas passadas gerações o povo dos Estados Unidos, em geral, não pensou como devia nos povos dos outros países. É também verdade que, no cadinho que é a América, grupos numerosos de cidadãos herdaram preconceitos contra outros povos, trazidos por seus antepassados das suas pátrias... Em consequência disso, nestes últimos anos, o povo dos Estados Unidos tem sido levado a estimar menos as virtudes dos outros povos. Não soubemos reconhecer os seus problemas especiais nem apreciar as suas realizações sociais e culturais. Preferimos ver os «estrangeiros» com geral antipatia e suspeitar instintivamente das suas razões».

Até aqui, o quadro sombrio da impressionante contrição. Agora, as resoluções práticas que inspirou também este brusco despertar de um sonho de grandeza e de felicidade. Como reagiram os Americanos perante as dolorosas surpresas e amargas desilusões que a guerra assim lhes trouxe? Não deixa de ser interessante considerá-lo, uma vez que, poupados pela superior e providencial visão de quem nos governa aos ensinamentos da experiência própria, alguma coisa teremos a lucrar com as salutares lições que neste caso poderá dar-nos a experiência alheia.



Compreendendo que os horizontes geográficos do mundo se têm modificado nesta idade do ar bem mais depressa do que as ideias dos homens, todos se preocupam agora na América do Norte com modificar antes de tudo essas mesmas ideias, remodelando por completo as bases científicas da educação. É à Escola, e sobretudo à Universidade, que vão pedir-se os novos princípios capazes de corrigir erros ou deficiências antigas e de adaptar o povo americano às condições sociais da idade nova.

Já a experiência adquirida durante a última guerra, com a preparação dos oficiais das Forças Armadas mobilizados para prestar serviço no estrangeiro, mostrou às escolas superiores dos Estados Unidos a necessidade de uma total revisão do seu ensino, modificando e ampliando os programas, e criando mesmo novos cursos, com o fim de dar maior importância aos estudos mundiais e ao problema premente das relações internacionais. A essas escolas, e sobretudo à Universidade, regressaram também, depois de suspensas as hostilidades, os estudantes desmobilizados, particularmente favorecidos pela lei dos direitos do ex-combatente aprovada pelo Congresso norte-americano; e em tão grande número que foi necessário alargar à pressa as instalações universitárias, que uma ou outra vez se improvisaram mesmo em grandes aglomerados de *roulottes*, à falta de melhor. E para essa juventude americana tão solicitada agora para os problemas internacionais se organizam especialmente cursos de Línguas Estrangeiras, Direito Internacional, Organizações Internacionais, Geografia Económica, Comércio Mundial, entre outros, declarando mesmo uma dessas escolas superiores o propósito de preparar os seus alunos para serem bons «cidadãos da sua pátria e do mundo».

É evidente que não podemos deixar de encarar com todas as reservas este novo sistema de educação em série, e de pôr todas as dúvidas ao êxito que lhe estará reservado; mas não vá julgar-se que esta atitude de espírito só na América teve a sua afirmação: na própria Inglaterra, tão rudemente experimentada também pelo conflito, estão-se olhando com particular interesse os novos rumos do problema educativo de após-guerra, tendo sobretudo em vista o recrutamento de novos mestres entre os



alunos procedentes das Forças Armadas ou de outros serviços públicos nacionais; e a organização recente da *UNESCO*, instituição que constitui afinal um ramo da O. N. U. para efeitos educativos, demonstra bem o mesmo desígnio de dedicar especial atenção ao estudo das relações internacionais, tanto nas Universidades como nas escolas superiores do Magistério.

## V

Posta nestes termos a questão quanto aos outros, importa pô-la também agora quanto a nós. E ocorre naturalmente perguntar: — Que temos feito em Portugal, ou que é necessário que se faça em tal sentido? E a resposta impõe-se logo à primeira vista, nítida, decisiva, concludente: — Nesta hora de proveitoso exame de consciência nacional que parece ter soado para todos os povos, nós não temos de dizer *mea culpa*, nem de arrepiar caminho, nem de apelar para nada de novo, mas apenas de permanecer fiéis à nossa vocação histórica e prosseguir na obra que iniciámos nos séculos XV e XVI, em que tão auspiciosamente afirmámos perante o mundo o carácter universalista das nossas relações com os outros povos.

E, por singular e feliz coincidência, nem sequer os homens que esta grave crise mundial veio encontrar à frente dos destinos da nossa Pátria precisam de fazer aqueles inevitáveis ajustamentos e correcções na sua maneira de pensar e de agir de que há pouco vos falei. E não precisam de os fazer porque, na visível preocupação que os domina de reconduzir o nosso País ao rumo das suas melhores tradições, bem poderá dizer-se que previram de certo modo os acontecimentos. O mesmo autor americano já citado, ao focar as consequências imprevistas que traz consigo a «idade do ar», acrescenta textualmente: «Será de grande vantagem para nós, compreender que o homem ajuda a fazer a sua própria geografia, e que uma Nação só prospera quando os seus Chefes podem antecipar-se às grandes transformações geográficas enquanto elas se não acumulam sobre essa mesma Nação com desastrosos efeitos». Não foram certamente escritas com o pensamento em nós estas palavras, mas creio que se nos podem aplicar inteiramente.



Nós não temos, por felicidade, de ficar perplexos nem de recear pelo facto de os progressos recentes da aviação nos terem posto ombro a ombro com países longínquos, porquanto, povo situado na encruzilhada dos grandes caminhos terrestres e marítimos, não só nunca procurámos isolar-nos dos outros povos, mas antes, correndo as sete partidas do mundo, de todos eles andámos em busca no passado, mesmo dos mais afastados, para os trazer à comunidade da nossa civilização e da nossa fé religiosa. E por esse motivo, pondo em contacto as gentes dos dois hemisférios, fomos os primeiros que assim pudemos declarar com ufania a nossa identidade, pela boca de Vasco da Gama :

Os Portugueses, somos do Ocidente,  
Imos buscando as terras do Oriente.

Nós não temos mais do que pôr perante o mundo, e levantar bem alto, para que todos os vejam, os princípios que sempre nos guiaram na nossa actividade colonizadora — o velho lema de *fazer cristandade e fazer justiça* — onde, sem preconceitos de raça ou de cor, confraternizámos largamente com os outros povos mesmo quando eles eram de nível inferior, pondo em prática uma sábia e eficiente *política de assimilação* — política de assimilação tão eficiente, e tão fecunda, e tão duradoura, que ainda há pouco nos permitiu levar a Roma, à festa da canonização do missionário português S. João de Brito, a mais luzida e variegada e multicolor embaixada humana que jamais atraiu as atenções da Cidade Eterna, mesmo nos dias culminantes dos triunfos imperiais de Trajano: embaixada composta de homens categorizados de «todas as raças da Europa, África, Ásia e Oceânia — brancos, pretos, mestiços, chineses, macaístas, indonésios, indianos — representantes de milhões de portugueses unidos num mesmo pensamento e vindos dos confins do mundo», como disse Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias; e «não amostras de povos submetidos, mas um escol de portugueses da Metrópole e do Império, com diversa cor, mas a mesma alma», como justamente acrescentou Sua Em.<sup>a</sup> o Cardeal Patriarca de Lisboa.



## VI

Nesta hora atribulada que o mundo vive, em que é forçoso rever princípios e conceitos de vida nacional e internacional, nós, Portugueses, só teremos por isso de reconhecer alvoroçadamente que não passou com a idade do mundo a concepção de civilização e de vida de que nos fizemos pregoeiros, e que procurámos levar aos outros povos; e que antes esta concepção se tornou agora mais instante e imperativa do que nunca.

É que não podemos deixar de verificar também como, pelas lições da dura experiência, as grandes nações coloniais e colonizadoras que vieram depois de nós, dizendo-se portadoras de uma cultura mais progressiva e de melhores ideias e sistemas políticos e económicos, apesar de todos os seus preconceitos de superioridade racial, estão agora a chegar precisamente ao ponto donde nós partimos.

Discursando há tempos na comemoração do cinquentenário do caminho de ferro de Lourenço Marques, o antigo Primeiro Ministro da África do Sul, Marechal Smuts, claramente aludiu à necessidade de considerar em novas bases as relações existentes entre Brancos e Negros, não ocultando quanto havia a aproveitar com a lição da nossa política colonial; e o Presidente Truman, dos Estados Unidos, em mensagem uma vez dirigida ao Senado Norte-Americano, focou também o mesmo problema em relação ao seu País, tomando posição contra todas as injustiças baseadas em considerações de raça, de religião e de cor.

Também não nos dão grande novidade, e não revelam propósito que não tenha sido o nosso, todos os que se empenham agora em realizar uma grande união de povos, porque essa união a realizámos nós já com êxito, sabendo construir uma verdadeira Comunidade de Nações, tornando-nos centro de atracção de um império mundial bem digno deste nome. Por isso o velho cronista pôde chamar à nossa capital «cidade das muytas e desvairadas gentes»; e um estrangeiro ilustre que nos visitou nos meados do século XVI, o Cardeal Vicente Justiniano, homem largamente viajado e que conhecia as grandes cidades do seu tempo, podia dizer acerca de Lisboa, então tornada centro, coração e verdadeira *capital* do



mundo: *Vidimus orbem in urbe!* — «vimos o mundo todo numa única cidade»!

Mais ainda. Mesmo as ideias que julgamos completamente novas, e fruto das mais progressivas e humanitárias condições deste século das luzes, são às vezes velhas de muitos séculos. É o que sucede com esta concepção, tão humana e tão cristã, de uma Sociedade das Nações, que geralmente consideramos inspirada pelo idealismo do Presidente Wilson. Mas não! E aos que depositam agora as suas esperanças de uma paz duradoura para a Humanidade na organização de um estatuto internacional válido para todos os povos, lembraremos por isso o facto, que neste ano centenário deverá apontar-se ao mundo como autêntica glória de Portugal e da Universidade de Coimbra: é que se levantou dentro desta Universidade, nos últimos anos do século XVI, como anotou há pouco o douto Presidente da nossa Academia das Ciências, a voz de remoto doutrinário de uma Sociedade das Nações, ou Organização das Nações Unidas, ou coisa equivalente, para que tanto se apela neste século XX. Peço a todos especial atenção para uma transcrição que vou fazer, e que será breve: *A raça humana, apesar de dividida em povos e reinos diversos, tem, não somente a sua unidade específica, mas ainda unidade moral e até mesmo política. Embora todo o Estado independente, república ou reino, constitua uma comunidade perfeita, composta dos seus próprios membros, certo é também que cada um desses Estados, considerado nas suas relações com a raça humana, faz parte, ainda, de uma unidade universal. Nunca as comunidades se bastaram tanto no seu isolamento, que pudessem dispensar o auxílio mútuo, a associação e o convívio com outras... Assim o mostra a experiência. Por isso é absolutamente necessária a existência de uma lei que dirija as Nações e regule a posição de cada uma delas nesta espécie de comunhão ou de sociedade... Assim como o uso criou lei no Estado e na província assim também novas leis poderão ser introduzidas na raça humana, com o fim de regular, na comunidade, o comportamento habitual das Nações.*

Parecem escritas em nossos dias estas palavras. Haverá de supor-se, talvez, que estive a reproduzir considerações feitas por



algum contemporâneo nosso em assembleia magna da Sociedade das Nações ou da Organização das Nações Unidas; ou ainda que trouxe para aqui a página de algum moderno tratado de Direito Internacional. Mas não: apenas transcrevi, passando-o para vernáculo, um passo do imortal Francisco Suárez no seu *Tractatus de Legibus*, aqui mesmo publicado em Coimbra, no ano de 1612.

O *Doutor Exímio*, como águia real que voa altaneira nos mais elevados cumes do pensamento do seu tempo e de todos os tempos, pôde assim antecipar-se às modernas ideias de unidade universal e da necessidade de uma ordem jurídica internacional, e da existência de um poder supranacional capaz de garantir a harmonia colectiva. Quer dizer: pôde proferir, vai para quatro séculos, a palavra que nos parece mais oportuna e actual nos perturbados tempos em que vivemos.

## VII

Se em momento histórico tão culminante e decisivo como o actual, nós, Portugueses, podemos oferecer ao mundo, para a unidade e bom entendimento da grande família das Nações, não apenas o capital imenso que representa uma larga experiência de séculos, mas ainda a prioridade na afirmação de um princípio de vida internacional que muitos hão-de julgar «maravilha fatal da nossa idade», importa que demos também agora com largueza o nosso contributo à causa comum, não deixando que só os outros venham a colher as primícias de uma semente que nós fomos os primeiros a lançar à terra. E, quando assim falo, quero dizer que na realização dessa grande tarefa uma parte importante deve caber também à Universidade portuguesa.

Numa época de crise como a nossa, a Universidade não pode nem deve limitar-se, efectivamente, a preparar burocratas ou técnicos especializados que se encerrem com pensamento egoísta dentro da sua torre de marfim.

Deve assumir, nesta época tão roída de incertezas, o papel que assinalou a sua fundação nos perturbados tempos medievais, cultivando as inteligências, iluminando o caminho das gerações, fortalecendo e apertando os laços da comunidade nacional.



Deve interessar-se sobretudo pelo que constitui as «ideias vivas da nossa época», na expressão de Ortega y Gasset, actualizando o seu ensino e colaborando na resolução dos grandes problemas nacionais e internacionais.

Julgo que algumas preocupações nos são impostas especialmente pelas novas condições geográficas do mundo. E reduzirei a três pontos mais importantes as considerações que sobre o assunto passo a fazer.

A) Primeiro ponto. Depois de posta em ordem a nossa pequena casa continental europeia, devemos olhar, antes de tudo, com mais interesse do que nunca, para aqueles territórios e populações dos outros continentes que ao nosso País estão ligados por laços políticos, os quais, neste fermentar de tendências autonomistas e separatistas que se seguiu à última guerra, têm dado o exemplo mais perfeito de identificação com a mãe-pátria que poderíamos desejar. E isto mesmo até no longínquo Estado da Índia, e não obstante todas as tentativas de insubordinação desenvolvidas por agitadores estranhos.

É sobretudo para as nossas duas grandes províncias africanas que devem dirigir-se as melhores atenções porque a África, na visão dos mais autorizados estadistas e economistas do nosso tempo, terá de constituir necessariamente o futuro «campo de expansão da Europa».

Tem-se dito que, depois de feita a ocupação militar e política do Ultramar português, é preciso fazer também a sua ocupação científica e concomitante valorização económica. E eu apenas acrescentarei que na base de todos os esforços a empregar em tal sentido deve estar a acção desenvolvida pelos nossos estabelecimentos de ensino, onde se preparam para a vida os homens de amanhã. É preciso fazer apaixonar pelas colónias a mocidade das nossas escolas, e daí a necessidade de intensificar na Universidade os estudos coloniais, com a fundação em Coimbra de um *Instituto Colonial*, de há muito em projecto.

É um erro supor-se que as nossas províncias africanas, para atingirem o grau de desenvolvimento que dos seus grandes recursos é lícito esperar, só carecem de que para elas se desvie



a corrente emigratória que do Continente português se tem dirigido até agora para o Brasil, gente inculta na maior parte dos casos. Não. O que elas precisam é de portugueses de eleição, de um escol de gente esclarecida e empreendedora, que se vote antes de tudo ao «humano», quero dizer, à tarefa de assegurar o desenvolvimento e multiplicação da principal riqueza — a população indígena — nalgumas regiões ameaçada de desaparecer; e que só depois olhe ao «económico», promovendo, pelo enquadramento do trabalho, a valorização dos outros recursos. Deixo aqui a frase de um colonial francês de comprovada competência: «Um país novo como a África exige antes de tudo homens jovens, fortes, corajosos, inteligentes e instruídos, para o seu equipamento moral: administradores e governadores escolhidos com cuidado, médicos hábeis e experimentados, corajosos e tenazes, perceptores e mestres de elevado comportamento moral, missionários de espírito aberto, de alma humana e generosa, sábios. Para semelhante tarefa, as metrópoles deverão pois escolher os melhores dos seus filhos».

Creio que ninguém deixará de reconhecer a parte importante que cabe à Universidade de Coimbra na investigação científica ultramarina e na criação de uma consciência colonial portuguesa. Demonstra-o bem a actividade desenvolvida pelo Prof. Luís Carrisso que, enamorado da terra de Angola, tudo lhe sacrificou: comodidades, descanso, saúde e, por fim, a própria vida. E poderíamos citar ainda outros nomes, como os dos Drs. Júlio Henriques, Ascensão Mendonça, Ferraz de Carvalho, e o do nosso preclaro Reitor, Dr. Maximino Correia, se fosse preciso levar mais longe essa demonstração.

Será de justiça pôr em relevo o alto pensamento de propaganda colonial que presidiu à organização do *I Cruzeiro de Férias a Angola*, e reconhecer, por outro lado, a acção últimamente desenvolvida no meio académico pela *Casa dos Estudantes do Império*; mas temos de reconhecer também que é preciso ir muito mais longe.

Quando teremos facilitadas, por exemplo, as excursões de estudo dos alunos dos Cursos Superiores aos nossos domínios ultramarinos? Quando se tornará a nossa linha aérea imperial



Lisboa, Luanda, Lourenço Marques — grande artéria de circulação que ponha em contacto mais directo e mais frequente os portugueses de Aquém e de Além-Mar?

B) Passo agora ao segundo ponto. Depois dos territórios dos outros continentes a que modernamente se aplica o nome de *colónias*, é evidente que as melhores relações precisam de assegurar-se, nesta idade do ar, com a nossa antiga colónia do Brasil, que depois fez parte do «Reino Unido de Portugal e do Brasil» e que, depois, alcançada a maioria, partiu por caminhos diferentes na realização do seu próprio destino, mas guardando bem os traços e as qualidades com que a afeição o génio português: falando a mesma língua, professando a mesma fé, continuando no tempo e no espaço as tradições da mesma cultura europeia.

Se, conforme já disse, o desenvolvimento dos meios de comunicação como que suprimiu o Atlântico, aproximando mais as suas margens, esforço importante no sentido da almejada unidade deverá levar-se a efeito especialmente entre o Portugal da Europa e da África, e a América Portuguesa; e seríamos injustos se não reconhecêssemos que um grande passo se deu já em tal caminho com a unificação ortográfica da Língua Portuguesa de um lado e do outro do Atlântico.

Mas não devemos ficar na realização, aliás admirável, do Acordo Ortográfico há pouco definitivamente aprovado pelo Congresso Nacional do Rio de Janeiro: é preciso que esse acordo se torne a base necessária e o ponto de partida de novos entendimentos que importa levar a efeito. Antes que se multipliquem e apertem os laços económicos luso-brasileiros — e neste sentido se está trabalhando, e por tal forma que precisamente neste momento se encontra no Brasil a «Missão de Boa Vontade» constituída por alguns dos mais ilustres representantes do nosso meio comercial — antes que se procure estabelecer uma boa compreensão entre os mercados dos dois países, e até mesmo se estude o já tão falado regime jurídico de excepção para os Brasileiros em Portugal e para os Portugueses no Brasil, creio que é preciso intensificar os laços espirituais. E às Universidades das duas



Nações caberá sem dúvida um papel importante e decisivo debaixo deste ponto de vista.

Quando será possível levar, por exemplo, os melhores dos nossos estudantes ao Brasil, e trazer os estudantes brasileiros a Portugal? Há tempos, numa sessão solene realizada no Instituto de Coimbra em homenagem à memória de Afrânio Peixoto, ouvi ao Dr. Renato de Mendonça, ilustre Cônsul do Brasil no Porto, estas palavras, incontestavelmente verdadeiras: «Português que não conhece o Brasil não acabou de ver Portugal». E nós poderemos replicar, com igual justeza: «Brasileiro que nunca visitou Portugal não chegou a saber ao certo quem é e de onde vem».

Este *desideratum* leva necessariamente a um outro, sem dúvida mais ambicioso, mas por isso mesmo promissor dos mais fecundos resultados: — Quando teremos nós o intercâmbio científico dos universitários portugueses e brasileiros estabelecido de maneira que os professores de um País possam preleccionar no outro, ao menos durante algum tempo?

Neste particular, creio bem que não estou a desejar o impossível, antes me é muito grato verificar que se entrou já em tal caminho. Já, efectivamente, aquele dos universitários de Coimbra que ao Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro prestou tão assinalados serviços, o nosso distinto colega Dr. Rebelo Gonçalves, regeu cadeira na Universidade de S. Paulo, não lhe tendo faltado insistentes convites para lá voltar; e também, por outro lado, já na Sala do Brasil da nossa Faculdade de Letras alguns professores brasileiros se têm feito ouvir. Tudo o que importa, por isso, a este respeito, é apenas prosseguir na empresa começada.

Não sei, nem agora interessará saber, quem terá mais a lucrar com este intercâmbio pedagógico e cultural — se os professores de língua portuguesa de aquém, se os de além-mar: digo apenas que o horizonte de uns será sempre eficazmente esclarecido pelo horizonte dos outros, e que todos terão a lucrar com pôr assim em confronto e em comum as bases fundamentais da sua actividade no ensino ou na investigação, e os resultados da sua própria experiência pedagógica.



E não hesito em dizer mais ainda: que este intercâmbio universitário luso-brasileiro não deixará de contribuir para que o Brasil se mantenha mais fiel às tradições da sua cultura europeia — fiel à língua, à fé, aos costumes do Ocidente europeu — e possa continuar assim a afirmar a sua personalidade inconfundível no grande continente americano, como estão procurando fazer agora outras nações da América Latina.

C) Chego, finalmente, ao terceiro ponto. E farei agora referência a outras colónias portuguesas menos conhecidas, pelo facto de se encontrarem dispersas e confundidas pelo mundo todo.

Ninguém ignora, certamente, que por longínquos países estranhos da América, da África, da Ásia, e até mesmo nas mais remotas ilhas do Pacífico, há núcleos importantes de compatriotas nossos, ou seus directos descendentes, que têm parte por vezes notável nas actividades económicas e até mesmo políticas locais. É o que sucede nos Estados Unidos, bastando dizer que só a colónia portuguesa da Nova Inglaterra e da Califórnia se tem calculado em perto de meio milhão de almas, número bastante superior ao dos nossos compatriotas residentes no Brasil, se fizermos fé pelo recenseamento brasileiro ultimamente levado a efeito.

Os portugueses residentes na América do Norte são geralmente operários de fábricas nos grandes centros industriais; mas há-os agricultores ou *farmers*, nos subúrbios das grandes cidades; e há-os ainda, oriundos de Aveiro, de Olhão, dos Açores e da Madeira, que ganham a vida nas lides da pesca, como sucede em Cape Cod, Provincetown, e até mesmo na Califórnia. Provincetown deve, por exemplo, aos portugueses a sua reputação de cidade piscatória entre as outras cidades da costa atlântica dos Estados Unidos, podendo dizer-se que 80 % da sua população é de origem portuguesa e fala ainda em grande parte o português.

Mas não tenhamos ilusões a tal respeito. Além de a lei norte-americana obrigar à naturalização, os portugueses que ascendem na escala social vêm-se por vezes obrigados a americanizar o nome. E o que é pior ainda: embora não percam a alma portu-



guesa, e neles sejam sempre vivas as saudades de Portugal, como demonstra a entusiástica recepção que ainda há pouco fizeram ao nosso Embaixador e aos nossos Prelados que ali foram, vão desaprendendo a língua de origem e passam a falar inglês.

Creio que não podem os altos poderes do Estado desinteressar-se desses núcleos importantes de gente lusa; mas torna-se evidente que a acção dos nossos Consulados, por muito efectiva que seja, não pode ir ao âmago da questão. E é neste ponto que me parece estar reservado à escola o melhor papel.

Qual a maneira mais prática e mais eficiente de assegurar a sobrevivência da língua, e de manter a comunhão com a mãe-pátria desses milhares ou milhões de portugueses dispersos pelo mundo?

Um recente relatório do Ministério das Colónias britânico revelou o curioso e original sistema pedagógico posto em prática pelos Ingleses nas Ilhas Falkland. Os colonos destas ilhas dispersam-se geralmente em pequenos núcleos ou propriedades isoladas; e a esses núcleos vão, umas tantas vezes por ano, professores ambulantes que utilizam todos os meios de transporte ao seu alcance.

Recorrendo aos licenciados saídos das Faculdades de Letras, não será de pôr em prática tal sistema no nosso caso? E não seria possível completá-lo depois por meio de radiodifusões educativas em português, especialmente destinadas àqueles nossos compatriotas? E não seria ainda de desejar, nesta idade da aviação em que entramos, que asas portuguesas pudessem aparecer depois com regularidade no céu desses recantos do mundo para onde a luta pela vida atirou a nossa gente?

Aí fica a sugestão. Creio que todos compreenderão as vantagens de apertar os laços de comunidade entre os portugueses da Metrópole e das Ilhas Adjacentes, e os que mourejam em terras norte-americanas. É que, além de eles serem ainda em maior número que os do Brasil, ninguém ignora como o Oceano Atlântico se está tornando o eixo da política do Ocidente europeu; e, pela situação excepcional das nossas bases marítimas e aéreas dos Açores, é de toda a conveniência que se mantenham e desenvolvam, no interesse de ambas as partes, as melhores relações



de amizade entre Portugal e os Estados Unidos da América do Norte, cimentando assim o acordo de cooperação económica ainda há poucos dias assinado entre os dois países.

### VIII

Aludindo à função que a Universidade portuguesa precisa de desempenhar na actual conjuntura em relação aos portugueses de todos os Continentes, uma palavra não deverá deixar de dedicar-se também aqui aos países estrangeiros. E, falando destes, escusado será dizer que as amizades que nos são aconselhadas pela geografia da idade nova não devem fazer passar a segundo plano as amizades antigas, mas antes nos impõem a necessidade de mais ainda as estreitar e fortalecer.

Entre estas, e em primeiro lugar, a que resulta da nossa secular aliança com a Inglaterra. As profundas razões geográficas que estão na base desta velha aliança dos dois países marítimos e coloniais do Ocidente europeu — as duas *testas-de-ponte* da Europa em face da América — mais imperiosas se tornam ainda nesta idade do ar. Julgo, por isso, que mais necessário se torna agora desenvolver o intercâmbio literário e científico com a nossa velha aliada, e daí todos os esforços, talvez até impertinentes esforços, que a Faculdade de Letras tem empenhado para que ao seu *Instituto Inglês* seja dado o lugar que de direito lhe compete.

Passando em revista o papel da Universidade no estreitamento das relações intelectuais com os outros países, uma referência especial deverá fazer-se à vizinha Espanha, ao povo-irmão, exactamente porque, tendo saído do mesmo tronco hispânico, com o mesmo espírito de Cruzada e com igual tendência universalista, seguiu destinos históricos paralelos aos nossos e com ele convizinhamos ainda nesta Península Ibérica tão destacada do corpo da Europa que quase se pode dizer uma verdadeira ilha.

Quando às vezes me ponho a meditar na singularidade da nossa posição internacional na última Grande Guerra, e como durante ela foi possível conseguir, por obra do Acordo Penin-



sular, que esta ilha de terra constituísse também uma «ilha de paz», não posso deixar de evocar, pela semelhança flagrante que há entre as duas, aquela remota época histórica em que os vários povos europeus se degladiavam e despedaçavam uns aos outros, e Portugal e a Espanha, como que desinteressados do que na Europa se passava, se davam ambos à sua vocação missionária e universalista, absorvendo-se por completo na tarefa, sobre todas fecunda e gloriosa, de dar «novos mundos ao mundo».

Recordo em seguida um passo do Conde de Keyserling, na sua *Análise Espectral da Europa*, no qual, considerando a Espanha como «país polar» da Europa (o outro pólo seria a Rússia), e pondo em relevo que ela só tem significação entre os outros países europeus na medida em que se revela diferente de todos eles, acrescenta estas palavras: «Ora, é precisamente neste sentido que a Espanha pode adquirir uma importância extraordinária no mundo novo que está em fermentação».

Não parece que estas palavras, escritas há tantos anos, têm agora uma grande actualidade? Será que uma outra hora mundial esteja reservada ainda para a Península Ibérica?

Abstenho-me de fazer sobre este ponto quaisquer considerações; mas parece-me legítimo supor que os dois países do Ocidente europeu que pela sua posição geográfica puderam realizar outrora tarefas de tão grande projecção universal, e — mais do que isso — países agora tão obstinadamente impedidos de entrar na Organização das Nações Unidas pelos que só desejam afinal a guerra, possam vir um dia a desempenhar importante papel na paz.

E sendo assim, se neste intercâmbio cultural que compete à Universidade portuguesa temos forçosamente de considerar, antes de todos, os povos que estão mais próximos de nós por motivos de origem étnica ou de posição geográfica, nem por isso deveremos menosprezar as nossas boas relações com os outros povos.

Por isso, julgo de grande alcance uma iniciativa universitária que importa acarinhar e desenvolver, dado o esforço comum que se está fazendo em nossos dias para a cooperação internacional, e, sem dúvida alguma também, para a unidade e para



a paz. Quero referir-me aos Cursos de Férias em especial destinados aos Estrangeiros, que a Faculdade de Letras há quase 25 anos auspiciosamente iniciou.

Quem neste último quarto de século acompanhou o desenvolvimento e fez o balanço dos resultados obtidos com estes Cursos e, sobretudo, quem durante eles tomou contacto com os numerosos alunos de várias nacionalidades que se têm inscrito, não deixará de reconhecer a obra eminentemente patriótica, de verdadeira propaganda nacional, que por meio de tal iniciativa surdamente mas eficazmente se tem realizado.

O português é aprendido ou aperfeiçoado; Portugal deixa de constituir, no espírito de muitos, uma simples «provincia da Espanha» ou, o que é bem pior, a ante-câmara do sertão africano; algumas publicações de alunos mais distintos têm aparecido lá fora sobre o nosso País — o seu território, a sua gente, as suas actividades económicas; e teses de doutoramento apresentadas a Universidades europeias e americanas se tem feito e estão fazendo sobre a literatura, a história, a geografia e a arte portuguesas.

Mas não é ainda no melhor e mais justo conhecimento de Portugal além-fronteiras que consiste, quanto a mim, a finalidade primacial dos Cursos de Férias que a Faculdade de Letras todos os anos tem levado a efeito: é na obra de compreensão mútua de gente com tão diversa psicologia étnica, e de homens tão afastados às vezes por ideologia religiosa ou política, que nos meses de verão aqui se tem realizado.

Quando os estudantes portugueses debandam para férias, chega a vez dos estudantes estrangeiros. E é sempre muito agradável aos que aqui ficam ver tantos estilos de gente, e apreciar tantas particularidades de indumentária, e ouvir falar tantas línguas nas ruas de Coimbra; e quando estes mesmos estudantes estrangeiros se encontram no intervalo das aulas, ou nas sessões de recreio, ou entram nos estabelecimentos da Baixa, ou simplesmente se dirigem aos condutores dos eléctricos, não menos curioso é também ouvir falar «português em tantas línguas».

Se a expressão de «cidadão do mundo», que agora começa a andar em voga, não se prestasse a interpretações tendenciosas,



eu diria que é uma boa escola de *cidadania mundial* a dos nossos Cursos de Férias. Já alguém comparou, com certa graça, os momentos de convívio e de confraternização dos seus professores e alunos, a uma pequena Sociedade das Nações Unidas, só diferente da outra, que funciona lá fora, pelo espírito de concórdia que no nosso caso sempre tem reinado. E não tenhamos dúvidas a tal respeito: esse ideal supremo de bom entendimento e de boa harmonia entre os homens que a O. N. U. pretende pôr em prática só eficazmente poderá realizar-se com todas as Nações na medida em que, por virtude de um largo esforço educativo, se realizar primeiro dentro de cada uma delas.

## IX

Mas é tempo de concluir, e não devo fazê-lo sem lançar uma vista de conjunto sobre a hora angustiante que o mundo vive.

Perpassou pela terra toda uma geral e bem justificada sensação de alívio quando se pôs fim às hostilidades no campo da batalha da mais sanguinolenta e generalizada conflagração que o mundo viu; mas, desde então, os dias têm andado a tecer semanas, e meses, e anos — e a ansiada paz ainda não veio, e antes parece que se afasta de nós e que estamos na expectativa de novos conflitos e de novas subversões, como se o mundo caminhasse inglòriamente para uma ruína total e definitiva.

Pois, apesar disso, por muito sombrio e aterrador que seja o quadro desenhado aos nossos olhos, julgo confirmar-se o diagnóstico dos que, debruçando-se sobre os males e desditas que desabaram sobre a Humanidade do nosso tempo, consideram a crise actual do mundo, não como a da agonia de uma civilização, conforme poderia imaginar-se, mas, bem ao contrário, como simples, e natural, e necessária *crise de crescimento*. E se a Humanidade é como um homem que vivesse sempre, na frase de Pascal, bem poderemos talvez comparar esta fase perturbada da sua vida à *crise da adolescência*, em que despertam no indivíduo energias novas, impetuosas e desordenadas, a que é preciso dar expansão, e em que as solicitações grosseiras dos sentidos fazem muitas vezes embotar a delicadeza do sentido interior e perder a fé.



Nos povos, como nos indivíduos, vemos também agora, por toda a parte, francos sintomas de decadência no plano espiritual e moral, cedendo-se com facilidade aos ímpetos da força, às brutalidades do instinto animal e à tentação de gozar a vida, e dando-se a primazia às actividades puramente materiais; e, daí, uma cega e ilimitada confiança nos milagres da Técnica, que nesta idade do ar faz dizer, por exemplo, jactanciosamente, aos Americanos: «o difícil já se faz; o impossível leva algum tempo a fazer, mas faz-se».

Também creio, por isso, que é uma complexa e dolorosa crise de crescimento esta por que está passando a Humanidade dos nossos dias, e sobretudo *crise de unidade*, como escreveu há tempos, em documento célebre, o Cardeal Arcebispo de Paris. Crise de unidade, como outras por que o mundo tem passado, embora em menor escala: unidade determinada e imposta pela facilidade de transmissão do pensamento e rapidez dos meios de comunicação e transporte; e unidade realizada sobretudo pelo desenvolvimento considerável da aviação.

O mundo tem hoje a consciência de que é um só, e uma só, também, a grande família humana. Há que assentar as bases de um novo humanismo — *ecuménico* ou *planetário* — que outra coisa não será, afinal, senão o nosso velho humanismo cristão. Cada um depende de todos, e o bem-estar de todos depende do bem-estar de cada um. Os povos e os Estados, mesmo quando se bastem a eles próprios, não podem mais considerar-se como compartimentos isolados na carta política do mundo: o abalo que se produza num deles, como no caso das ondas concêntricas que se propagam na superfície tranquila de um lago, comunica-se por força a todos os outros; e os grandes problemas dos homens e dos povos deixaram de ser nacionais ou imperiais para se tornarem continentais e até verdadeiramente mundiais.

Todos os chamados «Grandes» da política internacional dos nossos dias sentem a necessidade imperiosa de realizar essa unidade, se não mesmo a tentação de a impor coercivamente: o ponto duvidoso está apenas no povo ou conjunto de povos que virá a realizá-la especialmente, e na maneira como virá a realizá-la: se a «unidade na variedade», em moldes do Ocidente



européu, com a associação de pátrias livres que mais se aproximem e mais se solidarizem pelas suas diferenças étnicas, pela desigualdade de recursos económicos e pela diversidade dos próprios regimes políticos; se a «unidade na uniformidade» de uma organização tentacular monstruosa, onde os diversos elementos associados se confundam num todo incharacterístico e monótono, de molde nitidamente asiático. E é nesta dúvida que consiste a razão oculta das desavenças internacionais a que assistimos, e das maiores perturbações e angústias da hora que passa.

Pois bem! Para colaborar eficazmente na aspiração de unidade e de solidariedade que sob diversas formas se manifesta ao mundo, creio que terão condições de êxito muito especiais aqueles povos situados nas encruzilhadas do globo que, como o nosso, mais afirmaram no passado a vocação missionária e a tendência universalista, e que, dada a sua formação latina e cristã, menos se deixaram corroer pelo orgulho de raça ou pela lepra do egoísmo nacional: aqueles povos, como o nosso, que têm ainda espalhados pelo globo, a atestar o seu passado de grandeza, domínios ultramarinos de largas possibilidades humanas e económicas, e colónias numerosas e activas espalhadas por muitos países estranhos.

No desenrolar dos acontecimentos históricos há sempre muito do passado no presente, como escreveu o Conde Gonzague de Reynold, e *linhas de força* onde alguma coisa se repete. E, por isso, tenho às vezes a impressão de que podem voltar a repetir-se para nós as perspectivas dos séculos xv e xvi.

Da gesta heróica que então realizámos no mundo, disse, com incisiva expressão, o nosso P.<sup>o</sup> António Vieira: «A maior aventura dos argonautas da minha Nação foi descobrirem o cabo da Boa Esperança. Por ele se desfizeram todas as Tormentas, e se foi além de todos os cabos «Não», numa derrota, gloriosa para nós, de todos os Adamastores».

Pois bem! Nesta hora de crise em que tudo também se nega, mesmo o que há de mais sagrado, e em que novo Adamastor traz em sobressalto a Europa e o Mundo, lançando a confusão e o receio, e parecendo querer atravessar-se, ameaçador, no caminho dos outros povos para o futuro, nós continuamos fiéis às grandes



certezas que salvam; e, ao ver como «na antiga Terra de Santa Maria se levantou milagrosa luz de esperança que começa a alumiar a terra inteira» (Cardeal Patriarca), creio que só haverá motivos para confiar no dia de amanhã.

Sejam, porém, quais forem as surpresas que o futuro nos reserve, de uma coisa poderemos estar certos: é de que, nesta viragem da história, papel importante caberá desempenhar à mocidade que agora sobe para a vida.

Um provérbio do país vizinho quero lembrar aqui aos jovens que me escutam, para que o inscrevam no melhor lugar da sua agenda. Diz assim: «Quem perde a manhã, perde a tarde; quem perde a mocidade, perde a vida».

A vida é, efectivamente, como tantas vezes para aí se diz, a realização de um pensamento da mocidade; e é quase sempre nas curtas horas em que esta se escoa despreocupadamente, como linfa rumorosa em vergel florido, que se decide do futuro e se preparam afinal (e às vezes, por infelicidade, não preparam) as tarefas a realizar.

A nossa Pátria exige agora, mais do que nunca, que se dê à mocidade escolar uma preparação séria, capaz de assegurar o melhor êxito à missão difícil que dela espera. É cómodo, é doce sem dúvida alguma viver em épocas tranquilas, como os da minha idade encontraram ao abrir os olhos à luz deste mundo; mas é mais meritório e deve ser por isso mais desejável, o viver em épocas perturbadas mas decisivas como esta, em que se assiste à gestação de um mundo novo, que será em grande parte, estejamos certos disso, como o soubermos preparar pela nossa atitude perante a vida, pelo nosso esforço optimista, pela nossa fé inquebrantável em melhores dias.

Por esse motivo, pôde dizer uma grande autoridade moral do nosso tempo que «o mundo só em verdade será outro quando os homens forem outros também». Há que renovar as coisas; mas há que renovar ainda mais os homens, se os quisermos à altura das difíceis circunstâncias da idade nova que se anuncia. E é este o papel que deve caber à Escola, «oficina das almas», e sobretudo à Universidade, onde todo o processo educativo tem



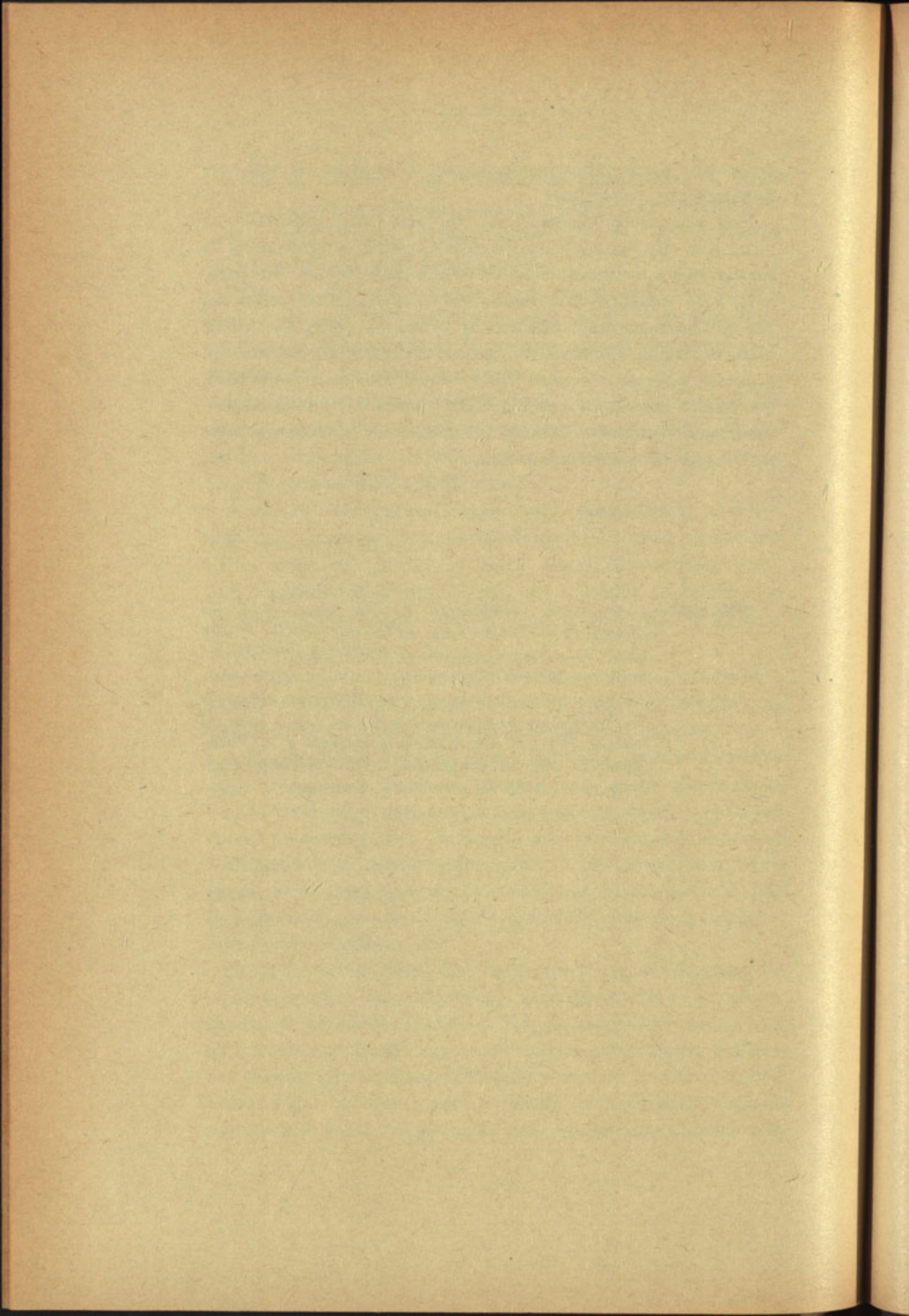
de instruir-se em última instância, porque só assim ela será verdadeiramente *Alma-Mater*.

Esta necessidade inadiável de renovação mais imperativa se torna para nós quando as instalações escolares se renovam, e os laboratórios e institutos se apetrecham e modernizam. Por isso, nesta lição inaugural do novo ano lectivo, realizada no mesmo dia em que se inauguram também as primeiras obras da Cidade Universitária de Coimbra, me pareceu oportuno pôr perante vós, prezados Colegas, e perante vós também, Mocidade Académica, que sois os homens de amanhã, a consciência das graves responsabilidades de todos — Mestres e Escolares — em face das perspectivas da idade nova que começa.

Disse

**SUMÁRIO:** *Considerações preliminares; I — Um mundo novo que começa; II — Grandes fases da história terrestre e marítima; III — A nova geografia da «idade do ar»; IV — Surpresas e reacção de alguns povos; V — Portugal em face das novas perspectivas geográficas; VI — Uma concepção de civilização e de vida que não passou com a idade do mundo; VII — A Universidade portuguesa e os Portugueses de todos os Continentes; VIII — A Universidade portuguesa e os Estrangeiros; IX — Conclusão.*







PESSOAL UNIVERSITÁRIO  
EM 30 DE SETEMBRO DE 1949

/

MOVIMENTO DO PESSOAL UNIVERSITÁRIO  
DE 1 DE OUTUBRO DE 1948  
A 30 DE SETEMBRO DE 1949







# ASSEMBLEIA GERAL DA UNIVERSIDADE

## PRESIDENTE

REITOR — Dr. Maximino José de Moraes Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina.

## VOGAIS

VICE-REITOR — Dr. José Carlos Martins Moreira, professor catedrático da Faculdade de Direito.

### PROFESSORES CATEDRÁTICOS:

#### FACULDADE DE LETRAS

Dr. Aristides de Amorim Girão, *director da Faculdade.*  
Dr. Joaquim de Carvalho.  
Dr. Carlos Simões Ventura.  
Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.  
Dr. João da Providência Sousa e Costa.  
Dr. Damião António Peres.  
Dr. Joseph Maria Piel (*contratado*).  
Dr. Francisco da Luz Rebelo Gonçalves.  
Dr. Manuel Lopes de Almeida.

#### FACULDADE DE DIREITO

Dr. José Beleza dos Santos, *director da Faculdade.*  
Dr. Domingos Fêzas Vital (1).  
Dr. António de Oliveira Salazar (2).  
Dr. Luís Cabral de Oliveira Moncada.

---

(1) Em comissão de serviço na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(2) Presidente do Conselho de Ministros.



Dr. Mário de Figueiredo (1).  
 Dr. Adriano Pais da Silva Vaz Serra.  
 Dr. João Pinto da Costa Leite (2).  
 Dr. Manuel Augusto Domingues de Andrade.  
 Dr. Fernando Andrade Pires de Lima (3).  
 Dr. José Joaquim Teixeira Ribeiro.  
 Dr. António de Arruda Férrer Correia.  
 Dr. Guilherme Braga da Cruz.  
 Dr. Afonso Rodrigues Queiró.  
 Dr. Eduardo Henriques da Silva Correia.

#### FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa, *director da Faculdade*  
 Dr. Álvaro de Almeida Matos.  
 Dr. João Emílio Raposo de Magalhães (4).  
 Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.  
 Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.  
 Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.  
 Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.  
 Dr. Egídio da Costa Aires de Azevedo.  
 Dr. João Maria Porto.  
 Dr. Lúcio de Almeida.  
 Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra.  
 Dr. António Meliço Silvestre.  
 Dr. José Augusto Correia de Oliveira.  
 Dr. Luís António Martins Raposo.

#### FACULDADE DE CIÊNCIAS

Dr. João Pereira da Silva Dias, *director da Faculdade*.  
 Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.  
 Dr. Diogo Pacheco de Amorim.  
 Dr. José Custódio de Moraes.  
 Dr. Manuel Marques Esparteiro.  
 Dr. Manuel dos Reis.  
 Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.  
 Dr. Abílio Fernandes.

---

(1) Presidente da Junta Nacional da Educação.  
 (2) Ministro das Finanças.  
 (3) Ministro da Educação Nacional.  
 (4) Em comissão de serviço no Instituto Português de Oncologia.



Dr. António Jorge Andrade de Gouveia.  
Dr. Luís Beda de Sousa Tavares Neto.  
Dr. João Rodrigues de Almeida Santos.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS:

ESCOLA DE FARMÁCIA

L.<sup>do</sup> Guilherme de Barros e Cunha, *director da Escola*.  
Dr. José Ramos Bandeira.  
Dr. Aloísio José de Carvalho Fernandes Costa.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS:

FACULDADE DE LETRAS

Dr. Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa.

FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Armando Tavares de Sousa.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Dr. José Antunes Serra.

REPRESENTANTES DOS ASSISTENTES:

FACULDADE DE LETRAS

L.<sup>do</sup> Eduardo Lourenço de Faria.

FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Joaquim Antunes de Azevedo.



FACULDADE DE CIÊNCIAS

Dr. Fernando Pinto Coelho.

ESCOLA DE FARMÁCIA

L.<sup>do</sup> Luís da Silva Carvalho.

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES (1):

FACULDADE DE LETRAS

FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE MEDICINA

FACULDADE DE CIÊNCIAS

ESCOLA DE FARMÁCIA

SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DA UNIVERSIDADE—L.<sup>do</sup> António Pimentel de Sousa.

---

(1) Suspensa a representação dos estudantes por Ordem de Serviço de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Educação Nacional, de 6 de Novembro de 1936.



# SENADO UNIVERSITÁRIO

## PRESIDENTE

REITOR — Dr. Maximino José de Moraes Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina.

## VOGAIS

VICE-REITOR — Dr. José Carlos Martins Moreira, professor catedrático da Faculdade de Direito.

DIRECTOR DA FACULDADE DE LETRAS — Dr. Aristides de Amorim Girão.

DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO — Dr. José Beleza dos Santos.

DIRECTOR DA FACULDADE DE MEDICINA — Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

DIRECTOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS — Dr. João Pereira da Silva Dias.

DIRECTOR DA ESCOLA DE FARMÁCIA — L.<sup>do</sup> Guilherme de Barros e Cunha.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE LETRAS — Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE DIREITO — Dr. Luís Cabral de Oliveira Moncada.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE MEDICINA — Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS — Dr. Manuel dos Reis.

DELEGADO DOS PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS DA ESCOLA DE FARMÁCIA — Dr. José Ramos Bandeira.

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS — Dr. José Antunes Serra, professor extraordinário da Faculdade de Ciências.



REPRESENTANTE DOS ASSISTENTES DA UNIVERSIDADE — L.<sup>do</sup> João  
de Matos Antunes Varela, assistente da Faculdade de Direito.  
REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES (1).

## SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DA UNIVERSIDADE — L.<sup>do</sup> António Pimentel de Sousa.

---

(1) Vide nota (1) da pág. 76.



# REITORIA, SECRETARIA, TESOURARIA E GERAIS

## REITORIA

REITOR

Dr. Maximino José de Moraes Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina.

VICE-REITOR

Dr. José Carlos Martins Moreira, professor catedrático da Faculdade de Direito.

## SECRETARIA

SECRETÁRIO

L.<sup>do</sup> António Pimentel de Sousa.

ASPIRANTE

Álvaro Pratas do Vale.

CONTÍNUO DE 1.<sup>a</sup> CLASSE

Mário Rodrigues.

## 1.<sup>a</sup> SECÇÃO — SERVIÇOS DE EXPEDIENTE GERAL

1.<sup>o</sup> OFICIAL

Alfredo Marques Manso.

2.<sup>o</sup> OFICIAL

Vergílio Cordeiro e Melo.



3.º OFICIAL

Armando António Marques Donato.

ASPIRANTE

Eduardo Augusto Pereira Gomes.

CONTÍNUO DE 2.ª CLASSE

Álvaro Borges.

2.ª SECÇÃO — SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

1.º OFICIAL

Carlos Ribeiro Raposo.

2.º OFICIAL

António dos Reis Antunes Vaz.

3.ºs OFICIAIS

António Arsene Antunes (1).

Francisco José da Silva Carvalho Reis de Sousa Seco.

ASPIRANTES

Diamantino Ramos.

Álvaro Costa de Almeida Santos.

José Isabelino Martins Coelho.

CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

Júlio Esteves Mascarenhas.

TESOURARIA

TESOUREIRO

Ívar Augusto Videira Pimentel Martins.

SERVENTE

António Pereira.

---

(1) Aguardando aposentação.



GERAIS

GUARDA-MOR

António Joaquim de Seíça Guedes.

ARCHEIROS

ARCHEIROS DE 1.<sup>a</sup> CLASSE

Manuel da Silva Feitor (1).  
José Maria da Costa Guardado.  
Manuel Joaquim Marques.  
António da Costa Domingues.  
José Ferreira Caetano.

ARCHEIROS DE 2.<sup>a</sup> CLASSE

António Maria Correia Cardoso.  
Teotónio Lourenço.  
Germano Correia de Oliveira. (2).  
Manuel Coutinho Vitorino.  
António dos Reis.  
Augusto Neves Diogo.

ARCHEIROS

António dos Santos Cardoso.  
Vagos dois lugares.

GUARDA

Joaquim Rodrigues.

GUARDA (MULHER)

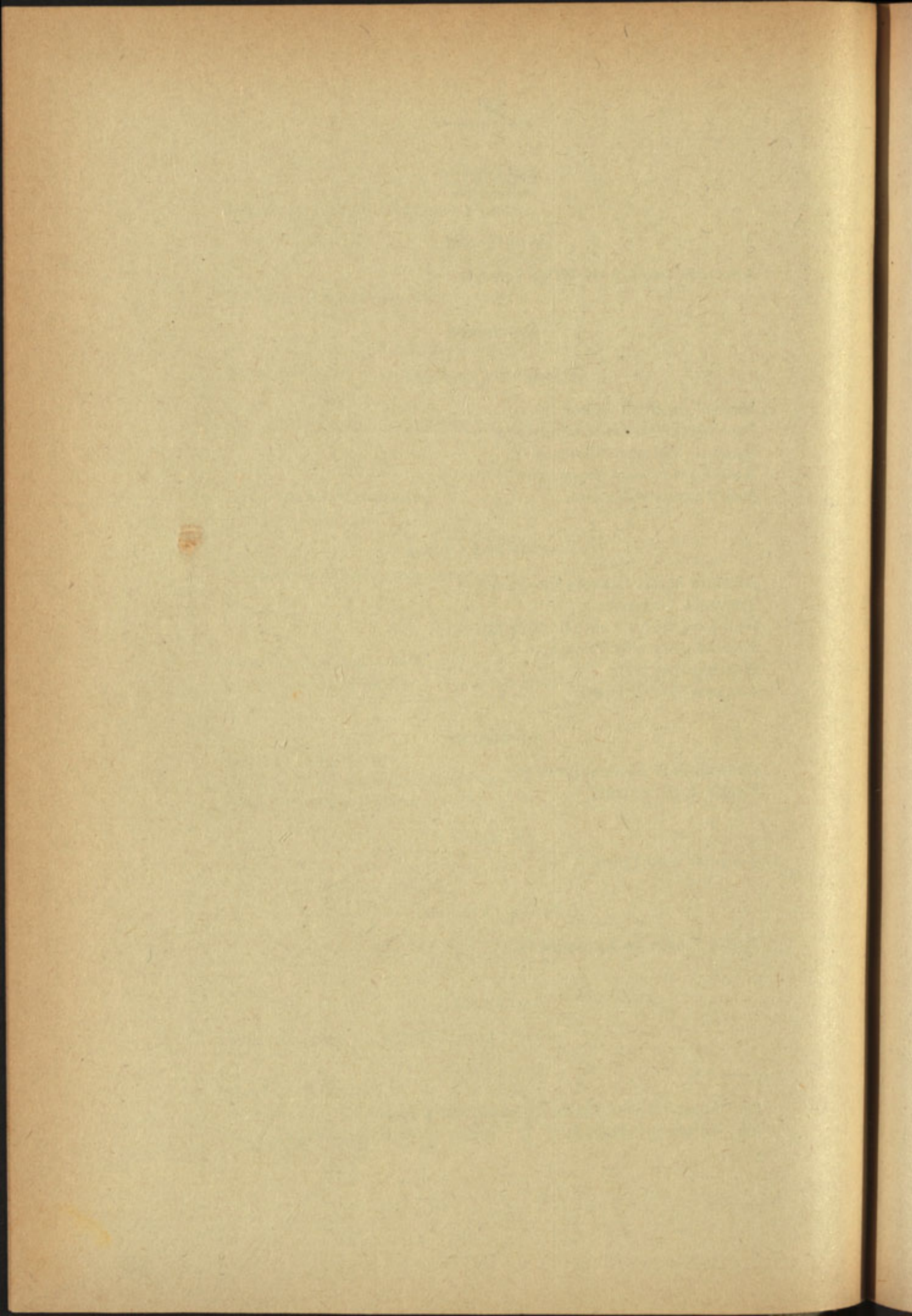
Maria Emília da Encarnação.

---

(1) Atingido pelo limite de idade em 4-6-949.

(2) Ao abrigo da A. F. C. T.







# BIBLIOTECA GERAL

## DIRECTOR

Dr. Manuel Lopes de Almeida.

## 1.º BIBLIOTECÁRIO

L.º César Joaquim da Silva de Oliveira Pegado.

## 2.º BIBLIOTECÁRIO

L.º Abel Lopes Martins de Almeida e Sousa.

## 3.ºs BIBLIOTECÁRIOS

Gabriel da Cunha Santos.

L.ª Maria Luísa Forjaz de Sampaio.

## ASPIRANTE

José Adelino Colaço Mendes de Vasconcelos.

## CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

José Maria dos Santos.

## CONTÍNUOS DE 2.ª CLASSE

Luís Bastos Marques.

António Marques de Oliveira.

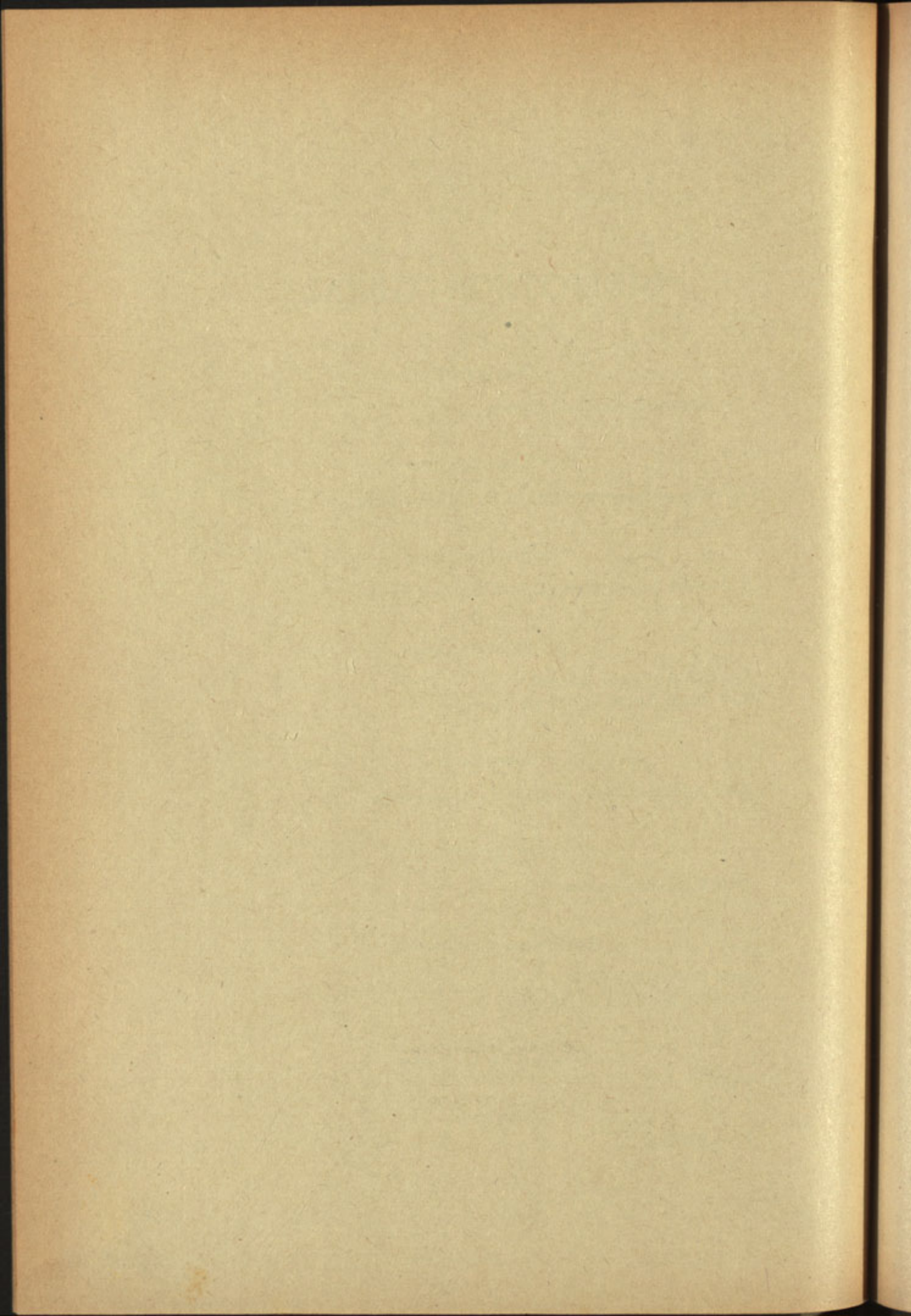
## GUARDA DE 2.ª CLASSE

Vago.

## SERVENTE

José Saraiva.







# FACULDADE DE LETRAS

## DIRECTOR

Dr. Aristides de Amorim Girão.

## SECRETÁRIO

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.

## BIBLIOTECÁRIO

Dr. João da Providência Sousa e Costa.

## PESSOAL DOCENTE

### 1.ª SECCÃO

### CIÊNCIAS FILOLÓGICAS

#### 1.º Grupo — Filologia Clássica

##### PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Carlos Simões Ventura.

Dr. Francisco da Luz Rebelo Gonçalves.

##### PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Vagos dois lugares.

#### 2.º Grupo — Filologia Românica

##### PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Joseph Maria Piel (*contratado*).

Vagos dois lugares.



## PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. Manuel de Paiva Boléo (*contratado*).  
 Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão (*contratado*).

## LEITOR

Jean Girodon (*contratado*).

## 3.º Grupo — Filologia Germânica

## PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.  
 Dr. João da Providência Sousa e Costa.

## PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

L.º António Augusto Rodrigues (*contratado*).  
 Dr. Paulo Manuel Pires Quintela (*contratado*).

## LEITORES

Walter Kenneth Witcomb (*contratado*).  
 Dr. Albin Eduard Andreas Beau (*contratado*).

## 2.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS HISTÓRICAS,  
 GEOGRÁFICAS E FILOSÓFICAS

## 4.º Grupo — Ciências Históricas

## PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Damião António Peres.  
 Dr. Manuel Lopes de Almeida.

## PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão (*contratado*).  
 Dr. Torquato Brochado de Sousa Soares (*contratado*).



## 5.º Grupo — Ciências Geográficas

## PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Aristides de Amorim Girão.  
Vago um lugar.

## PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago.

## 6.º Grupo — Ciências Filosóficas

## PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Joaquim de Carvalho.  
Vago um lugar.

## PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Dr. Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa (*contratado*).

## 3.ª SECÇÃO

## CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

## PROFESSOR CATEDRÁTICO

Vago.

## PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Dr. Sílvio Vieira Mendes de Lima (*contratado*).

## 4.ª SECÇÃO

## CADEIRAS ANEXAS

Professor de Estética e História da Arte

Vago.

Professor de História da Música (1)

Vago.

---

(1) Decreto-Lei n.º 27.276 de 24-11-936:

«Art. 1.º Enquanto não for provido definitivamente o cargo de professor da cadeira anexa de História da Música, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, poderá o reitor contratar,



Professor de Língua Hebraica

Vago

Professor de Estudos Brasileiros

Vago.

\* \* \*

PESSOAL CONTRATADO ALÉM DO QUADRO

Dr. Vincenzo Cocco — *Assistente para o 1.º grupo.*

L.º Eduardo Lourenço de Faria — *Assistente para o 6.º grupo.*

||

PROFESSORES DE OUTRAS FACULDADES  
ENCARREGADOS PROVISORIAMENTE  
DA REGÊNCIA DE CADEIRAS OU CURSOS

Curso de Etnologia

Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, professor  
catedrático da Faculdade de Ciências.

Cadeira de Geografia Geral e Paleogeografia

Dr. José Custódio de Moraes, professor catedrático da Faculdade  
de Ciências.

Cadeira de Psicologia Experimental

Dr. José Augusto Correia de Oliveira, professor catedrático da  
Faculdade de Medicina.

---

mediante parecer favorável do conselho escolar daquela Faculdade,  
indivíduo de reconhecida competência para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica da mesma Universidade».

Nos termos deste artigo foi contratado Manuel Raposo Marques  
para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica.



PROFESSOR CONTRATADO ALÉM DO QUADRO  
PARA A REGÊNCIA DE CADEIRAS DE FILOSOFIA

Dr. Émile Planchard.

//

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE MEDICINA  
ENCARREGADO, DE HARMONIA COM O ART. 6.º  
DO DECRETO N.º 18:793, DA REGÊNCIA  
DA CADEIRA DE HIGIENE ESCOLAR

Dr. António Meliço Silvestre.

//

TÉCNICO DE FILOGIA ROMÂNICA,  
CONTRATADO ALÉM DO QUADRO

Max Leopold Wagner.

//

### CURSO DE FÉRIAS

DIRECTOR — Dr. João da Providência Sousa e Costa.

SECRETÁRIO — L.º Armando Soeiro Moreira de Lacerda.

\* \* \*

### PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, AUXILIAR E MENOR

DIRECTOR DO LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL

L.º Armando Soeiro Moreira de Lacerda.

2.º CONSERVADOR

Plínio de Abreu e Vasconcelos.



3.<sup>os</sup> CONSERVADORES

Francisco França Amado Júnior.  
L.<sup>do</sup> Francisco da Silveira Moraes.

ASPIRANTE

L.<sup>do</sup> Carlos Ferreira Pimentel.

BEDEL

José da Cruz e Silva.

CONTÍNUOS DE 1.<sup>A</sup> CLASSE

João de Melo.  
Francisco Carlos de Paiva.  
Vago um lugar.

CONTÍNUOS DE 2.<sup>A</sup> CLASSE

Reinaldo Varela de Carvalho.  
Manuel Ferreira Góis.

GUARDA

Manuel Pereira dos Santos.